

CPI dos Bingos pode denunciar 50 envolvidos

PÁGINA 17

Garibaldi Alves quer concluir relatório até 7 de junho



Jefferson: acordo para garantir a estabilidade

PÁGINA 20

Jefferson Péres quer evitar o "envenenamento político"

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.382/82 – Brasília, 29 de maio a 4 de junho de 2006

EDIÇÃO SEMANAL

Depois de aprovar pacote emergencial contra a criminalidade, parlamentares examinam a crise da segurança pública em debates com especialistas. Congresso também investiga origem das armas ilegais que circulam no país

Senado busca formas de enfrentar a violência

PÁGINAS 4 A 9

Pacote ameniza a crise do produtor rural

PÁGINA 10



GUILHERME FILHO/SECOM-MT

Agricultores paralisam ferrovia em Alto Taquari, Mato Grosso: medidas do governo federal são consideradas insuficientes

Decisão sobre mudanças no Orçamento sai na terça

Projeto que visa tornar mais transparente o processo orçamentário pode ser votado nesta terça-feira pelo Congresso. Proposta reduz à metade o número de membros da Comissão de Orçamento.

PÁGINA 3

Glória Perez, Marisa Orth e médicos em audiência

PÁGINA 2

cidadania

O que o cidadão pode fazer pela democracia

Brasileiros podem fiscalizar as ações e os recursos públicos por meio de conselhos e associações. Esse trabalho ajuda a diminuir a corrupção e a garantir o retorno dos impostos ao contribuinte sob a forma de benefícios.

PÁGINA 24

TSE diz que novas regras valem este ano

Mudanças aprovadas pelo Congresso e válidas para eleições de outubro incluem proibição de showmícios e de distribuição de brindes, além da obrigação de prestar contas das campanhas pela internet.

PÁGINA 15

Programa para ajudar alunos mais pobres

A Comissão de Educação aprovou, por unanimidade, projeto de Cristovam Buarque que autoriza o Executivo a criar a Poupança-Escola. Programa visa beneficiar estudantes enquadrados no Bolsa Família.

PÁGINA 12

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 21
FRASES	Página 21
VOZ DO LEITOR	Página 21
CONHEÇA O SENADO	Página 23

gendagendaendagenagenda

Debate com médicos, novelista e atriz

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Comissão de Educação (CE) promovem audiência pública às 10h desta terça-feira para debater com pediatras e psiquiatras a violência na infância. A audiência tem por objetivo instruir o projeto (PLS 340) de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, entre os dias 12 e 18 de outubro.

Além de parlamentares, devem estar presentes à reunião a dramaturga Glória Perez, a atriz

Marisa Orth, o pediatra e neonatologista Laurista Corrêa Filho, o psiquiatra Salvador Célia, presidente da Federação Latino-Americana de Psiquiatria da Infância, Família e Profissões Afins (Flapia), e o pediatra e professor Antônio Márcio Lisboa, titular da Pediatria da Universidade de Brasília (UnB).

"Atrás de uma arma que mata, há sempre um cérebro emocionalmente malpreparado", lembra Simon, na justificativa do projeto. A proposição tem como objetivo conscientizar a população brasileira sobre a importância da primeira infância (período

entre zero e 6 anos) na formação do cidadão, principalmente no tocante ao combate preventivo da violência. Se aprovada a proposta, os setores públicos passarão a desenvolver anualmente, durante a semana dedicada ao tema, uma série de atividades para esclarecer e conscientizar a comunidade sobre causas da violência e soluções.

Patrícia Saboya (PSB-CE), autora em conjunto com Fátima Cleide (PT-RO) do requerimento para a realização da audiência, já apresentou à Comissão de Educação relatório com parecer favorável ao projeto.

Paim: educadores apelam por Fundeb

O senador Paulo Paim (PT-RS) registrou na sexta-feira, em Plenário, a realização de encontro promovido na semana passada pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) em Brasília. O evento reuniu mais de 1.200 secretários municipais de educação de todo o país, que pediram agilidade na votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 9/06) que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Edu-

cação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb).

A matéria – já aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na forma de substitutivo do relator, senador José Jorge (PFL-PE) – aguarda deliberação do Plenário, cuja pauta de votações encontra-se trancada por cinco medidas provisórias. A educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino

médio em todas as suas modalidades, que deverão contar com o fundo de financiamento próprio a partir da aprovação da proposta.

De acordo com Paim, a Undime aguarda que a proposta seja prontamente votada pelo Plenário do Senado para que o financiamento da educação pública municipal possa permitir os avanços necessários na construção da educação de qualidade a todos os brasileiros.

Presidência



CÉLIO AZEVEDO

No exercício da Presidência do Senado Federal, o senador Tião Viana (PT-AC) recebeu na última segunda-feira a visita do ministro da Justiça da Espanha, Juan Fernando López Aguilar. Eles conversaram sobre a assinatura de um convênio entre os governos do Brasil e da Espanha de assistência judicial em Direito Penal, firmado em Brasília.

O convênio, de acordo com Juan Aguilar, permite a regulamentação das chamadas tramitações penais, o que facilitará, observou, a obtenção de provas criminais fora do respectivo âmbito jurisdicional, incluindo notificações, depoimentos e entrega de objetos em execução de embargos. O convênio também permitirá maior troca de informações entre os ministérios da Justiça de ambos os países.

Internet para a metade do mundo

Acompanhados pelo ex-piloto de Fórmula 1 Emerson Fittipaldi, executivos da multinacional AMD apresentaram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, um projeto para conectar metade da população mundial à internet até 2015. A AMD é patrocinadora e fornecedora de toda a parte de informática e de telemetria utilizada pela equipe Ferrari de Fórmula 1.

Valor de imposto na nota fiscal

O presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Guilherme Afif Domingos, convidou o presidente do Senado, Renan Calheiros, para solenidade, no dia 31, de entrega do documento com 150 mil assinaturas que apresenta minuta de projeto para que seja discriminado na nota fiscal o montante referente a impostos.

Comissões

TERÇA-FEIRA

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Empréstimos – A comissão analisa a concessão de dois empréstimos internacionais: um de até US\$ 42,6 milhões para o governo do Pará e outro de até US\$ 12 milhões para o governo da Bahia.

Lei Kandir – A segunda parte da reunião vai discutir regulamentação do pagamento, pelo Executivo, de compensação aos estados exportadores, que deixam de arrecadar ICMS desses produtos. Foram convidados governadores do Pará, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, e membros do governo.

10h – ASSUNTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

Violência e infância – As duas comissões discutem a prevenção da violência pelo investimento na primeira infância. Foram convidados especialistas e a escritora Glória Perez e a atriz Marisa Orth confirmaram presença.

11h – CPI DOS BINGOS

República de Ribeirão Preto – Depois de votar requerimentos, os senadores ouvem Elza Gonçalves Buratti. Ela é ex-esposa de Rogério Tadeu Buratti, acusado, entre outros crimes, de cobrar propina de empresas de Ribeirão Preto (SP) para formação de um caixa dois que seria usado em campanhas políticas do PT.

QUARTA-FEIRA

9h30 – ASSUNTOS SOCIAIS

Prevenção – Senadores analisam seis projetos que prevêm, entre outras medidas, a realização de exames preventivos de acuidade visual e auditiva nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental.

10h – MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Fraudes em João Pessoa – Senadores discutem, com os procuradores Antônio Edílio Magalhães Teixeira e Fábio George Nóbrega, relatório sobre irregularidades nos contratos da empresa pública municipal Emlur, de João Pessoa (PB).

Florestas públicas – Audiência debate a situação do setor florestal-madeireiro na região oeste do Pará, nas BRs 163 e 230.

Entre os convidados, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e representantes locais.

11h – CPI DOS BINGOS

Jogo – A CPI deve ouvir dois empresários ligados à área de jogos: Jair da Ressurreição Paula e José Renato Granado.

11h – AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Dívidas – Examina propostas (PLSs 259/04 e 265/03) que prevêm a renegociação de dívidas de produtores rurais.



Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h – Sessão não-deliberativa

medida contempla as dívidas que não ultrapassem R\$ 50 mil e que não tenham sido negociadas em 2001.

TERÇA-FEIRA

14h – Sessão deliberativa

Títulos brasileiros – Está em discussão o projeto de lei de conversão da MP 281/06, que isenta de CPMF e de Imposto de Renda (IR) os rendimentos dos títulos da dívida brasileiros comprados por beneficiários residentes no exterior. Ela também tranca os trabalhos do Plenário.

Dinheiro para transportes – A MP 282/06, que libera R\$ 57,5 milhões para obras emergenciais na malha rodoviária federal, e a MP 283/06, que reestrutura carreiras da administração pública, são outras propostas que trancam a pauta.



Empregados domésticos – Também tranca a pauta o projeto da MP 284/06, que permite aos patrões deduzir do IR o salário pago a empregado doméstico. A medida busca incentivar as pessoas a assinarem as carteiras dos domésticos, formalizando o vínculo empregatício e garantindo os direitos trabalhistas dos empregados.

Dívidas rurais – O último item que tranca os trabalhos é a renegociação das dívidas dos agricultores com o Fundo de Financiamento do Nordeste (FNE), prevista no projeto da MP 285/06. A

QUARTA-FEIRA

14h – Sessão deliberativa

Agenda em aberto – Como a pauta está trancada, a definição da agenda depende do resultado da sessão anterior. Se não forem votadas na terça-feira, as MPs continuam na pauta das sessões seguintes.

QUINTA-FEIRA

14h – Sessão deliberativa

Agenda em aberto – Com a pauta trancada, a definição da agenda depende do resultado da sessão anterior. Caso as MPs sejam votadas, os senadores podem discutir a proposta de emenda constitucional que obriga o presidente da República a participar das sessões de abertura de cada ano legislativo (PEC 64/99).

Atualmente, o presidente só comparece na sessão de abertura da legislatura, de quatro em quatro anos, para sessão de posse do Congresso recém-eleito. Também pode ser votada a proposta que aumenta o rol de atividades do jornalista profissional (aquele com o diploma do curso e registro no Ministério do Trabalho).

SEXTA-FEIRA

9h – Sessão não-deliberativa

ORÇAMENTO Parlamentares tiveram mais tempo para examinar emendas ao projeto que altera tramitação

Mudança no rito fica para esta terça

A pedido do deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE), o presidente do Senado, Renan Calheiros, que preside as sessões do Congresso, concordou em adiar em uma semana a votação do projeto de resolução que faz mudanças no rito de tramitação do Orçamento federal. Inocêncio argumentou, durante reunião do Congresso, que foram feitas mais de 20 emendas nos últimos dias e os parlamentares precisam de tempo para seu exame.

Nova reunião foi convocada

por Renan para as 19h desta terça-feira. Antes, na manhã do mesmo dia, o presidente do Congresso deverá se reunir com os líderes partidários.

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), admitiu em entrevista à imprensa que o projeto vem enfrentando resistência das bancadas parlamentares, principalmente a parte que determina redução à metade no número de integrantes da Comissão Mista de Orçamento – de 84 para 40.

A proposta é um substitutivo a

projeto de resolução do deputado Ricardo Barros (PP-PR), apresentado no ano passado, depois que uma comissão discutiu formas para aprimorar o processo orçamentário no Congresso.

Há três semanas, após a “Operação Sanguessuga” da Polícia Federal, que prendeu mais de 40 pessoas envolvidas em fraudes com dinheiro do Orçamento, os presidentes do Senado e da Câmara, Renan e Aldo Rebelo, criaram um grupo de seis parlamentares para tentar um acordo sobre o projeto de Ricardo Barros.

O grupo entregou suas sugestões na semana passada e as lideranças partidárias concordaram com a votação na última terça-feira, o que acabou adiado.

O projeto torna o processo orçamentário no Congresso mais transparente. Ficam proibidas as emendas de bancada estadual redigidas de forma genérica. Também será exigido que as emendas que beneficiam com dinheiro do Orçamento entidades nos estados informem os nomes dos sócios, dos diretores e endereço da instituição contemplada.

Na mesma sessão do Congresso, foi votado projeto que faz alterações no Plano Plurianual (PPA) 2004/2007. Foram acrescentados ao PPA projetos novos, previstos no Orçamento deste ano, entre eles o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Profissional de Educação (Fundeb). As mudanças receberão aprovação em votação simbólica dos líderes partidários, depois de receber parecer favorável do relator, senador Sibá Machado (PT-AC).

Auditoria em obras feitas em parceria

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Adilson Motta, defendeu na quinta-feira, em audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO), a inclusão de cláusula prevendo a atuação dos órgãos de auditoria dos países envolvidos em todos os acordos internacionais que o Brasil estabeleça com a finalidade de executar obras e serviços em parceria. O ministro citou como exemplo de situação anômala a Hidrelétrica de Itaipu, construída há 30 anos pelo Brasil

e pelo Paraguai, sem nunca ter sido submetida a processos de auditoria.

– Itaipu é uma caixa-preta. Não sabemos o que acontece lá dentro – comentou.

Ainda em relação à hidrelétrica – a maior do mundo até a conclusão de projeto em fase final de construção na China –, Motta revelou que há três meses levou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma proposta escrita para que seja alterado o acordo constitutivo da empresa que construiu e opera o empreendimento: a Itaipu Binacional. O objetivo é garantir a atuação do TCU e do órgão similar do país vizinho, que já teria manifestado, segundo o ministro, a mesma preocupação e interesse.

Para Motta, a fiscalização deve estar presente em qualquer lugar onde exista dinheiro público, inclusive no exterior. Ele disse que, “teoricamente”, a fiscalização da Itaipu Binacional caberia às

estatais do setor de energia dos dois países – no caso do Brasil, a Eletrobrás. No entanto, como salientou, esse acompanhamento nunca foi feito. Ao defender a extensão das ações de auditoria em Itaipu, ele lembrou as freqüentes denúncias a respeito de irregularidades na empresa.

Ação do TCU requer acesso a dados sigilosos

Motta propôs ainda que o TCU tenha acesso a dados fiscais e bancários obtidos por quebra de sigilo em outras instâncias de investigação – Ministério Público, Polícia Federal e comissões parlamentares de inquérito, entre outras – relativos a pessoas físicas e jurídicas suspeitas de ações irregulares em processos conduzidos na esfera do órgão. Sem citar casos concretos, ele disse que o TCU está deixando de aprofundar algumas investigações por falta de acesso a esses dados.

O ministro recordou que há

no Congresso uma proposta, de iniciativa do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), para que o órgão possa compartilhar as informações, mas a tramitação está praticamente parada. Motta reiterou que o TCU possui “credibilidade” para ter acesso a dados fiscais e bancários sigilosos, pois já detém informações confidenciais relativas aos parlamentares e autoridades nomeadas para o alto escalão do Executivo.

A presença de Motta na CMO foi solicitada com o objetivo de ampliar a colaboração entre o órgão auxiliar do Congresso – responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos recursos da União e do funcionamento de seus órgãos e empresas – e a comissão. Logo depois de assumir a presidência da CMO, o deputado Gilmar Machado (PT-MG) ativou um comitê para acompanhamento permanente da execução orçamentária, para prevenir desvios de recursos federais.



Em debate na CMO, presidida por Gilmar Machado (D), o presidente do TCU, Adilson Motta, quer a atuação do órgão em casos como o de Itaipu

JOSE CRUZ

Senhas permitirão acesso à execução do Orçamento

Quarenta entidades da sociedade civil pediram à Comissão Mista de Orçamento (CMO) senhas de acesso à execução do Orçamento federal, no primeiro dia de inscrições abertas pelo presidente da comissão, deputado Gilmar Machado (PT-MG). Algumas delas terão acesso ao Siafi – Sistema de Administração Financeira do governo federal.

Os acessos serão propiciados pelo banco de dados Siga Brasil, sistema alimentado pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado e mantido pela página do Senado na internet (<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento/siga/siga.asp>). O Siga Brasil atualiza

representantes de assembleias estaduais. Foram feitas dezenas de sugestões e protocoladas mais de 80 emendas à LDO, que agora serão examinadas pelo relator do projeto, senador Romero Jucá (PMDB-RR), depois de assinadas por parlamentares.

Segundo Gilmar Machado, a decisão de distribuir senhas mostra “que o Congresso não tem nada a esconder” e, em contrapartida, o Executivo deve informar todos os gastos aos representantes da sociedade. As senhas permitirão acesso

até sobre a liberação de verbas para prefeituras que recebem dinheiro do Orçamento federal para obras ou serviços.

As duas primeiras senhas serão entregues ao Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc) e à Associação Nacional de Transportes Públicos. Hoje, entidades que querem pesquisar gastos orçamentários atualizados têm de obter as senhas com algum parlamentar, como faz a ONG Contas Abertas, que divulga pela internet suas informações.

O Senado também quer aumentar a transparência das contas públicas e pretende distribuir senhas de acesso ao Siga Brasil para jornalistas e outros interessados. Esse sistema permite a qualquer pessoa, por meio da internet, acessar informações sobre o Orçamento federal.

No primeiro dia de inscrições, 40 entidades fizeram pedido de senha

Jucá quer assegurar verbas de investimento

Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu que o Congresso modifique a legislação, para impedir o presidente da República de contingenciar verbas destinadas a investimentos. Para ele, esse seria um meio-termo entre o orçamento impositivo, de cumprimento obrigatório, e o atual modelo, que, além de apenas autorizativo, dá poderes ao presidente para promover bloqueio de verbas assim que o Orçamento é votado pelo Congresso. O senador entende que

não se deve proibir o governo de suspender gastos de custeio da máquina pública.

Entidades da sociedade civil discutem a LDO

Integrante do grupo de deputados e senadores que vai continuar estudando mudanças na legislação orçamentária, Jucá manifestou sua posição ao falar na Comissão Mista de Orçamento a dezenas de representantes de entidades civis que participaram de debate sobre a

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007. Jucá é o relator do projeto da LDO. Ele manteve o calendário de discussão da lei, que deve ser votada até 10 de junho.

O grupo que estuda alterações na lei orçamentária irá se concentrar agora em propostas de mudanças de leis ordinárias e constitucionais, com a finalidade de tornar mais transparente a discussão, a votação e o cumprimento do Orçamento, já no Executivo.



Segundo Jucá, medida seria um meio-termo entre o orçamento impositivo e o modelo atual, que permite o contingenciamento

MÁRCIA KALUNE

SEGURANÇA PÚBLICA As 10 propostas aprovadas em regime de urgência no Senado ainda não seguiram à Câmara

Medidas provisórias travam projetos contra a violência



Os dez projetos de lei aprovados em tempo recorde pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(CCJ) imediatamente após a onda de violência em São Paulo estão estacionados no Senado, sem previsão de data para envio à Câmara. Dessa vez, o motivo não se baseia em qualquer tipo de controvérsia acerca das propostas, mas na grande quantidade de medidas provisórias (MPs) que aguardam votação.

Mesmo aprovadas em caráter terminativo na CCJ, as propostas precisam seguir etapas de tramitação, que ficam suspensas enquanto houver MPs trancando a pauta. No momento, há cinco medidas provisórias bloqueando outras deliberações no Senado e sete já obstruem a pauta da Câmara. Há também a decisão da oposição de obstruir as votações das MPs, já que algumas delas liberam créditos, e o governo, antes da conversão das medidas em lei, já teria empenhado os recursos previstos.

Somente depois de liberada a pauta é que os pareceres da CCJ com a decisão de aprovar os projetos de combate à violência poderão ser lidos e, então, publicados no *Diário do Senado Federal*. É a partir daí que começa a ser contado o prazo de cinco dias úteis para recurso, assinado por no mínimo nove senadores, para que as propostas sejam analisadas também pelo Plenário.

Na semana em que os proje-



Líder do PT, Ideli anuncia que o partido pode propor mudanças em projetos aprovados para combater a criminalidade

tos foram aprovados, a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), anunciou que o partido teria reparos a fazer em pelo menos três deles, mas, para abreviar a tramitação, só apresentaria suas observações quando as propostas estivessem em discussão na Câmara. Com o atraso, já há quem

admita recorrer à decisão da CCJ ainda no Senado.

A assessoria do PT, segundo Ideli, está preocupada com os termos em que foi aprovado

o PLS 140/05, que disciplina a repara-

ção de dano decorrente da prática de infração penal; e com o PLS 474/03, que aumenta os prazos prescricionais para diversos crimes. Sobre o PLS 179/05, que institui o regime disciplinar diferenciado de segurança máxima, recaem mais restrições, já que, além de a proposta já haver sido rejeitada pela Câmara em 2003, a aplicação seria de difícil operacionalização, pois a tipificação do

conceito de "organização criminosa" não foi definida em lei.

Essas ponderações fazem eco às declarações recentes do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que, sugerindo cautela, alertou para a possibilidade de ser aprovada uma "legislação de pânico", fruto de um momento de comoção. Ele referia-se especificamente à proposta de aumentar o isolamento de presos, como na proposta do regime de segurança máxima. Thomaz Bastos foi severamente criticado no Senado depois de suas declarações.

Para momentos de comoção pública, o jurista Evandro Lins e Silva, membro de comissão do Ministério da Justiça para revisão do Código Penal entre 1993 e 1996, recomendava parcimônia na elaboração das leis.

– Na realidade, quem está desejando punir demais no fundo está querendo fazer o mal, se equipara um pouco ao próprio delinqüente. Não é essa a tendência universal – declarou, em artigo intitulado "A prisão é monstruosa".

Para Antonio Carlos, é hora de mudar tramitação de MPs

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) voltou a culpar o excesso de medidas provisórias pelo atraso no envio à Câmara do pacote de propostas aprovadas em caráter urgente e terminativo pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em resposta à onda de violência em São Paulo.

– Isso volta a demonstrar que é hora de mudar a tramitação das MPs. A população precisa de respostas.

Ainda assim, o senador não abre mão da estratégia da oposição de obstruir a votação das MPs que bloqueiam a pauta, pois, segundo ele, não há como tolerar a ação do governo federal, que edita MPs indiscriminadamente, inviabilizando o trabalho no Congresso Nacional.

Presidente da comissão que apresentou a proposta de emenda à Constituição que altera a tramitação das MPs (PEC 72/05), Antonio Carlos reclamou da paralisação da matéria na Câmara desde fevereiro, quando foi aprovada pelo Senado. Com ela, disse, as CCJs do Senado e da Câmara poderiam decidir sobre a urgência e relevância das MPs antes de submetê-las a discussão, o que, na sua opinião, inibiria o uso de medidas provisórias.



Antonio Carlos culpou o excesso de medidas provisórias pelo atraso no envio dos projetos

Rotina de mobilização para combater o crime

Esta não é a primeira vez que o Senado se mobiliza para aperfeiçoar o aparato legislativo de combate à violência. Desde 1980, quando instalou uma CPI sobre o assunto, a Casa diagnóstica, discute e toma providências contra a criminalidade.

Em 2002, os senadores aprovaram dez das 11 propostas encaminhadas pela comissão mista criada para estudar o assunto. Porém, na Câmara, os deputados não chegaram a aprovar a sua parte e o resultado final foi a incorporação à legislação nacional de apenas quatro das 24 propostas do relatório final.

Naquela ocasião, depois da morte do prefeito de Santo André, Celso Daniel, deputados e sena-

lência consiste, de fato, na sensação de insegurança pela proximidade das agressões, no medo e na conseqüente falta de confiança nas instituições governamentais e em seus agentes", registrava o relatório de 2002.

Em outro esforço recente, em 2003, os presidentes das duas Casas constituíram comissão mista, que apresentou a proposta transformada no Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03). Foi por essa lei que os portes de armas então em vigor foram anulados e que os cidadãos foram incentivados

Dez propostas de combate ao crime foram aprovadas no Senado em 2002

a entregar ao Estado, mediante indenização, as armas que tinham em seu poder, registradas ou não. Mas, em plebiscito convocado pela lei, a população, em outubro de 2005, votou pela continuidade da venda de armas de fogo.

A última ação contra a violência tomada pelo Senado e pela Câmara foi a constituição, em dezembro passado, de comissão para sistematizar as propostas de segurança pública. A iniciativa ainda não apresentou resultados.



Bastos sugere cautela na discussão de mudanças da legislação contra a violência

Apreciação na Câmara pode ser difícil e demorada

Depois de sair do Senado, os projetos sobre segurança pública têm futuro incerto nas mãos dos deputados. Foi isso que aconteceu, por exemplo, com as propostas da comissão mista que, em 2002, estudou medidas para aperfeiçoar os métodos de combate à violência. Das 11 propostas encaminhadas à Câmara para votação, dez foram aprovadas, mas apenas quatro das 24 propostas do relatório final da comissão foram transformadas em lei (veja matéria acima).

O mesmo acontece com a reforma tributária, aprovada em 2003 no Senado. Até hoje os prefeitos esperam a votação na Câmara de pelo menos um dos itens já aprovados pelos senadores: o aumento da parcela de impostos federais destinados ao Fundo de Participação dos

Municípios (FPM).

É preciso observar que boa parte do atraso se deve à crise política e às sucessivas medidas provisórias, que inviabilizam a votação de outras matérias, especialmente propostas de emenda à Constituição. De agora em diante, esse cenário pode se agravar no período eleitoral, ao se reduzir o ritmo das votações.

Além dos percalços comuns às demais iniciativas, os projetos que integram o pacote de combate à violência deliberado pela CCJ do Senado não vêm recebendo na Câmara a mesma urgência. Diversos deputados apelam à serenidade para que as decisões não sejam tomadas emocionalmente. Outros alertam para que a aprovação dos projetos não seja usada como moeda eleitoral.

SEGURANÇA PÚBLICA Venda de gravação por servidor terceirizado da Câmara foi tratada como um sinal de alerta

Senado amplia medidas de segurança



A venda da gravação de uma sessão secreta da CPI do Tráfico de Armas por um servidor terceirizado da Câmara foi tratada como sinal de alerta no Senado, pelos parlamentares e pela administração. Apesar de acreditarem que o Senado está preparado para lidar com informação sigilosa, as autoridades consultadas pelo **Jornal do Senado** reconhecem ser impossível garantir que não haverá vazamentos de informações e deram sugestões para a melhoria da segurança no Congresso.

Relator da CPI dos Correios, o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) conhece os procedimentos do Senado, responsável pela administração das CPIs mistas.

– A possibilidade de vazamento existe, até porque, por termos boa-fé, esperamos que os demais sejam bem-intencionados e, então, nos descuidamos – disse.

Serraglio sugere um sistema de classificação de documentos sigilosos, com regras para guardar e discriminar o material.

– O problema é que não há distinção entre o que é sigiloso e o que é público, até porque no Congresso tratamos de coisas públicas. Acaba ficando a critério de cada um separar o que deve e o que não deve ser divulgado. Por conta disso, sempre trabalhei com a hipótese de que nada era secreto – revelou.

O relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) diz que até agora não enfrentou vazamento de informações, mas reconhece que assuntos tratados em reuniões fechadas

são passados à imprensa pelos próprios parlamentares.

Membro da CPI dos Correios, César Borges (PFL-BA) concorda com as medidas implantadas na administração das CPIs (*veja matéria abaixo*), mas admite que nem todas as portas estão fechadas.

Indagado sobre rumores de ameaças de bomba no Congresso, o presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que está tomando providências.

– Mas sem paranóia. Nós não vamos dificultar o acesso. Na casa do povo não se pode dificultar o acesso a ninguém. Já temos 140 câmaras distribuídas em todo o prédio e vamos fazer o que for necessário para garantir a segurança da Casa e dos parlamentares.



Pelo circuito interno, que tem mais de 160 câmaras, a Polícia Legislativa monitora o Senado

Posição funcional e sujeição a influências dividem opiniões

O fato de um servidor terceirizado ter gravado e vendido material sigiloso na CPI do Tráfico de Armas da Câmara abriu a discussão sobre a responsabilidade que servidores de fora dos quadros do Legislativo devem ter na execução de tarefas que envolvam informações sigilosas.

Para o relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), os terceirizados não devem ser estigmatizados.

– Cometer um crime depende mais do caráter da pessoa que da sua posição funcional – declarou Garibaldi, que classificou a violação de votação secreta no painel eletrônico do Senado como o “exemplo mais deplorável” de

quebra de sigilo na Casa. Naquele episódio, servidores efetivos, ou seja, com estabilidade, foram responsabilizados em processo administrativo por abrirem os votos de senadores.

– Depois disso, parece que o corpo da Casa aprendeu a lição, pois nada mais do tipo foi observado – afirmou Garibaldi.

Já César Borges (PFL-BA) acredita que um servidor terceirizado não deveria jamais participar de CPIs. Na sua opinião, as áreas legislativa e administrativa do Senado devem ter cuidado especial com os inquéritos levados a cabo no Legislativo e escolher pessoas de sua máxima confiança para tomar conta das CPIs e

de informações sigilosas.

– A responsabilidade é da administração da Casa – ressalta.

Concursado é menos vulnerável, diz senador

Para César Borges, o servidor que tem as garantias obtidas por meio de concurso público e do estágio probatório é menos vulnerável: às prerrogativas constitucionais, como a estabilidade, que devem protegê-lo de influências políticas ou criminosas, se somam as sanções administrativas, como a demissão a bem do serviço público.

– Não é impossível que um concursado cometa um crime dessa natureza, mas tende a ser

mais difícil – diz César Borges.

Nessa linha, o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, estuda a realização de concursos para áreas técnicas novas, como as de operação da TV Senado.

Agaciel concorda com César Borges, mas reconhece que nenhuma categoria funcional é invulnerável. Sobre os estagiários, Agaciel assegura que eles só assumem responsabilidades proporcionais a seu vínculo profissional temporário.

A diretora da Secretaria das Comissões, Cleide Cruz, afirma que estagiários nunca lidam com material sigiloso e que eles são sempre assistidos por profissionais da Casa.



Arthur da Silva, que disse ter vendido gravação de sessão secreta de CPI, em acareação com a advogada Maria Cristina Rachado

Acessos terão equipamento de raios-x e detector de metais

O Senado toma constantes iniciativas para melhorar a segurança interna. A afirmação é do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, que anunciou a compra de equipamentos de raios-x e de detecção de metais, que serão instalados nas oito entradas de maior movimento no Senado. A Câmara, que ocupa o mesmo conjunto de edifícios e está interligada ao Senado, já dispõe dos equipamentos em algumas de suas entradas.

Segundo Agaciel, o Senado tem dezenas de entradas, mas a grande maioria delas é privativa a poucas pessoas e dá acesso direto aos gabinetes dos senadores. Mas as cerca de 18 mil pessoas que

diariamente passam pela área de 200 mil metros quadrados do Senado usam as portas que contarão com os equipamentos. No ano passado, o Senado recebeu mais de 500 mil visitantes.

Um dos maiores trunfos da segurança do Senado, na interpretação do diretor-geral, é o circuito interno com mais de 160 câmaras, capazes, segundo ele, de inibir atuações escusas nas dependências da Casa. Essas câmaras já registraram fatos como, por exemplo, o encontro entre o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), então vice-presidente da CPI do Mensalão, e o empresário Marcos Valério, o que acabou levando à saída do parlamentar da CPI.

Câmaras e controle de gravação nas CPIs

Cinco das câmaras do circuito interno do Senado estão instaladas na Secretaria das Comissões, área que dá apoio às comissões temporárias, como as CPIs do Senado e as mistas. Com as câmeras, afirma a diretora da secretaria, Cleide Cruz, a intenção é evitar a subtração, cópia ou captação de imagens de documentos sigilosos.

Essa foi apenas uma das medidas adotadas recentemente, motivadas por episódio na CPI dos Correios, quando foram registrados sumiços e cópias de documentos sigilosos que acabaram nas mãos da imprensa. Como no resto do Senado, o aumento da segurança deve andar *pari passu* com o acesso amplo à informação, para permitir o bom andamento das investigações.

No caso específico da CPI dos Correios, o acesso

à sala-cofre que reúne documentos sigilosos só podia ser feito pelos 32 parlamentares da comissão e pelos consultores do Senado que acompanhavam as investigações. Três policiais do Senado, um deles armado, vigiavam a movimentação.

Segundo Cleide, não há possibilidade de acontecer no Senado o que ocorreu na Câmara dos Deputados, pois, nas reuniões secretas, nem o técnico de som fica na sala da CPI. A sessão, explicou, é gravada automaticamente e a secretaria da comissão é assumida por um parlamentar.

– O áudio é gravado somente em um minidisco, que, imediatamente, é recolhido em envelope lacrado – descreveu Cleide, acrescentando que ainda recolhe a assinatura de parlamentares sobre o lacre para dificultar a violação.

Muito trabalho para a Polícia do Senado

A segurança do Senado é feita, desde dezembro de 2002, pela Polícia do Senado Federal. Suas funções somente podem ser exercidas por servidores do quadro da Casa e, quando necessário, a Presidência da Casa pode solicitar ajuda das polícias federal, civil ou militar.

Trabalho não faltou à Polícia do Senado, coincidindo com o aumento da atividade fiscalizadora do Legislativo, nas CPIs. Foram montadas operações especiais para receber depoentes e evitar contato entre eles, como na ocasião em que o empresário

Marcos Valério e sua ex-secretária Fernanda Karina Somaggio estiveram no Congresso no mesmo dia.

– Nossa função é preservar os depoentes – explicou o diretor da Polícia do Senado, Pedro Ricardo Carvalho.

A unidade foi responsável ainda por guardar o material apurado pela CPI do Banestado, quando o seu presidente, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), diante do encarceramento dos trabalhos da comissão sem a aprovação de um relatório final, transferiu à Mesa

do Senado a responsabilidade pelas informações sigilosas ali reunidas.

A ação dos agentes de polícia da Casa foi notada ainda na prisão de depoentes, como o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, na CPI do Banestado, e o ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes, na CPI dos Bancos, em 2001.

Os 150 policiais – mais de 80% com nível superior – fazem treinamentos constantes na academia de polícia do Senado e por meio de intercâmbio com as demais polícias.

SEGURANÇA PÚBLICA Entre 2% e 5% do PIB mundial estaria vinculado ao crime organizado, segundo Nações Unidas

Tráfico de armas movimentava bilhões



De acordo com levantamentos do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC),

o crime organizado movimentava em todo o mundo US\$ 2 trilhões por ano, entre 2% e 5% do produto interno bruto (PIB) mundial. Dos US\$ 2 trilhões, *grosso modo*, metade é da corrupção, 20% são das drogas, outros 20% do tráfico de armas e o restante de atividades como tráfico de animais, seres humanos, jogo e prostituição.

Segundo Giovanni Quaglia, representante do UNODC no Brasil, a realidade brasileira não é muito distante do cenário internacional. Assim, considerando-se que o PIB foi de R\$ 1,9 trilhão no ano passado, o tráfico de armas teria movimentado entre R\$ 7,6 bilhões e R\$ 19 bilhões no país. A maioria dos valores circula no sistema financeiro e a corrupção é o crime que mais movimentava a lavagem de dinheiro.

Só na cidade do Rio de Janeiro, o mercado criminal de armas de fogo movimentou um valor estimado em US\$ 88 milhões em 2003, segundo o estudo "O mercado ilegal de armas de fogo", da socióloga Patrícia S. Rivero. O levantamento da pesquisadora mostra que existiam, naquele ano, 4,3 armas de fogo para cada



Depois de passar pelas fronteiras, armas provenientes do mercado negro são usadas em crimes especialmente no Rio e em São Paulo

dez homens entre 15 e 65 anos da capital fluminense, e que mais de 17% delas foram usadas para cometer crimes.

No estudo, que também registra a crescente participação de fuzis

e armas automáticas entre o total de armas ilegais apreendidas, fica clara a interligação entre os comandantes do narcotráfico e os barões das armas.

– O grupo que trata de drogas

freqüentemente está vinculado a tráfico de armas, sobretudo porque é um negócio que não envolve dinheiro, só mercadorias. "Eu te dou 20 quilos de cocaína em troca de uma metralhadora."

Isso acontece na fronteira entre a Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai, sobretudo com o produto do roubo de cargas, carros e caminhões. Muitas vezes sem dinheiro – confirma Giovanni Quaglia.

País tem desafio de proteger 16 mil quilômetros de fronteira

Não é tarefa fácil proteger 16 mil quilômetros de fronteiras partilhadas com dez países. A tarefa compete tanto à Polícia Federal quanto às Forças Armadas, que apontam falta de recursos e pessoal para impedir que drogas e armas passem pelas fronteiras, especialmente por não existir um controle efetivo sobre a circulação diária de milhares de pessoas nas dezenas de municípios vizinhos aos territórios estrangeiros (somente para entrar no Paraguai, há 800 diferentes vias). Para se ter uma idéia, somente há dois anos a PF criou a Divisão de Repressão do Tráfico de Armas, mas falta implantá-la nas 27 superintendências regionais. José Antonio Dornelles, delegado da PF que assessorava a CPI, defende uma reformulação na Rede de Informação em Segurança (Infoseg) e no Sistema Nacional de Armas (Sinarm), criado em 1997 e vinculado à PF. Essa deverá ser uma das recomendações do relatório final.

São **800** as vias de acesso somente entre Brasil e Paraguai

Militares de países vizinhos envolvidos

Documentos reunidos pela CPI do Tráfico de Armas da Câmara comprovam que a prática conta com o envolvimento direto de militares de países como Argentina, Paraguai, Uruguai e Suriname. Os relatórios incluem trechos de escutas telefônicas, em que são citados nomes de generais e oficiais de alta patente.

Criada em março de 2005, a CPI apresentará o relatório no fim de junho. O senador Roberto Saturnino (PT-RJ), presidente da CRE, defendeu que os governos dos países vizinhos sejam comunicados formalmente das conclusões da CPI, desde que amparadas em elementos concretos, apelando para que as autoridades tomem as providências para evitar esse tipo de

ação em suas Forças Armadas. O presidente da CPI, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), propõe a criação de uma rede de apoio internacional para mobilizar as nações vizinhas no combate ao tráfico de armas.

Em depoimento à CPI, o general Rosalvo Leitão de Almeida, diretor de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército, admitiu que as fronteiras se tornaram um mercado aberto de armas e assegurou que o desvio de armas das Forças Armadas brasileiras não é significativo: nos últimos três anos, apenas 39 armas teriam sido roubadas

do Exército e 24 recuperadas.

A declaração esbarra em dados da CPI. De acordo com a Indústria de Material Bélico do Brasil, administrada pelo Exército, cerca de um terço das mil armas apreendidas com criminosos no Rio de Janeiro veio dos estoques de forças de segurança como o Exército e as polícias Militar, Civil e Federal.

Vale lembrar que o traficante Fernandinho Beira-Mar foi preso em 2001 na Colômbia, quando trocava, com membros das Farc, cocaína por fuzis automáticos AK-47 Kalashnikov, contrabandeados via Paraguai.

Das **1.000** apreensões de armas no Rio, 1/3 viria das polícias

CPI vai propor aumento do efetivo e zona de exclusão

Para o deputado Moroni Torgan (PFL-CE), é necessário aumentar o efetivo da Polícia Federal e da Receita Federal nas fronteiras. Ele também defende maior integração da Marinha, do Exército e da Aeronáutica na repressão ao tráfico de armas. – Precisamos de fiscalização mais atuante por parte das nossas Forças Armadas. O tráfico de armas na nossa fronteira está praticamente liberado – diz Moroni.

Já para o sub-relator da CPI, Raul Jungmann (PPS-PE), o combate ao tráfico de armas nas fronteiras só funcionaria com uma "zona de exclusão" – a partir de cem quilômetros da linha fronteiriça –, onde a venda de armas seria proibida.

A proposta, incluída no relatório parcial de Jungmann, encontrou respaldo dos representantes dos países presentes à reunião do Parlamento que tratou da questão no mês passado, em Buenos Aires, e deve ser incorporada ao anteprojeto de uma lei transnacional para regular a circulação de armas e munições.

17% das armas ilegais são usadas para cometer crimes



Políciais militares de Mato Grosso: país tem dificuldade para policiar suas extensas fronteiras

SEGURANÇA PÚBLICA De acordo com pesquisador, armas do PCC entrariam no país pela região de Foz do Iguaçu

Tríplice fronteira é corredor para armas



O pesquisador Pablo Dreyfus, do movimento Viva Rio, confirma que a chamada Tríplice Fronteira (entre Brasil, Paraguai e Argentina) funciona como corredor para as armas e a munição que percorrem mais de 2 mil quilômetros até chegar às mãos de facções como o Primeiro Comando da Capital (SP) e o Comando Vermelho (RJ). As armas são pagas com dinheiro, ouro ou drogas.

Dreyfus fez a mesma afirmação ao participar, em abril, em

Buenos Aires, da 5ª Reunião da Comissão de Segurança Humana, Combate e Prevenção ao Narcotráfico, Terrorismo e Crime Organizado do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), com representantes da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile, México e Canadá. O Parlatino é uma organização regional criada em 1964 e formada pelos parlamentos nacionais da América Latina.

No encontro, surgiu a proposta de criação de uma lei de controle de armas a ser adotada por todos os países latino-americanos, colocando,

pela primeira vez, a munição no mesmo nível de importância das armas, ao limitar a quantidade que pode ser comprada por pessoas ou empresas e exigir a marcação da munição. A unificação da legislação para reprimir o tráfico foi considerada “urgente” no relatório final do encontro.

“A harmonização das leis de controle do comércio interno de armas deve ser um componente do Programa de Ação das Nações Unidas. Controlar bem em nível local é uma maneira de cooperar em nível global”, justifica o relatório.



GUILHERME FILHO/SECOM-AT

Polícia do Grupo de Operações de Fronteira, da PM de Mato Grosso, atuam na Operação Tempestade, próxima à Bolívia

Brasil e Argentina terão cooperação militar

O Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa, firmado por Brasil e Argentina em novembro de 2005, recebeu parecer favorável da Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM). Entre as principais áreas de cooperação, estão as de gestão de política de defesa e ações nas áreas de planejamento, pesquisa e desenvolvimento.

Segundo o acordo, serão promovidas visitas mútuas de delegações civis e militares de alto nível, dos respectivos ministérios da Defesa, além de visitas de navios de guerra

e intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares. Está previsto ainda o compartilhamento de conhecimentos adquiridos na utilização de equipamento militar e nas operações internacionais de manutenção da paz.

Em seu voto sobre a matéria, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) observa que Brasil e Argentina superaram “rivalidades e antagonismos regionais” e encontram-se empenhados na consolidação do

Mercosul.

– O que foi potencial conflito transformou-se em cooperação e integração e, hoje, todos os fantasmas do passado parecem estar definitivamente afastados – diz Tebet em seu parecer, lido pelo relator *ad hoc*, deputado Oliveira Filho (PL-PR).

O acordo será transformado em projeto de decreto legislativo e analisado pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) da Câmara e do Senado.

Acordo prevê intercâmbio de instrutores e aspirantes das Forças Armadas

Circulação de pessoas no Mercosul fica mais fácil

Quatro acordos destinados a estimular a circulação de pessoas entre países da América do Sul receberam parecer favorável da Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM). Todos serão agora convertidos em projetos de decreto legislativo e analisados pela Câmara e pelo Senado.

O primeiro dos acordos analisados, firmado em dezembro de 2004 no Uruguai, estabelece a criação do Visto Mercosul, que facilitará a circulação temporária de pessoas físicas prestadoras

de serviço para o exercício de atividades remuneradas por um período de até quatro anos. O único requisito, segundo o acordo, será a apresentação de um contrato de trabalho, emitido no país de origem ou no país de destino, para a realização da atividade.

O novo tipo de visto – que dará direito a múltiplas entradas e saídas – poderá ser concedido a gerentes, diretores, administradores, cientistas, professores, artistas, desportistas e jornalistas, entre outros profissionais. Em seu

voto favorável, o relator, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), afirma que o texto atenderá aos interesses de agentes econômicos que ainda sofrem “uma série de restrições e dificuldades” quando trabalham temporariamente fora de seus países.

Celebrado entre o Brasil e a Argentina em agosto de 2001,

o segundo acordo aprovado pela comissão – relatado pelo deputado Oliveira Filho (PL-PR) – permite o intercâmbio de trabalhadores que venham a exercer no outro país uma atividade de

aperfeiçoamento profissional remunerada. Os estagiários beneficiados deverão ter mais de 18 anos e possuir pelo menos um título profissional, universitário ou de professor de português ou espanhol. A duração do estágio será de no máximo 12 meses.

Os empresários nacionais de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai poderão estabelecer-se no território de qualquer outro dos três países sócios do Mercosul, segundo o terceiro acordo analisado pela comissão. Por meio do acordo, que

teve como relator *ad hoc* o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), os quatro países comprometem-se a facilitar o estabelecimento de empresários provenientes dos países sócios no bloco econômico. Serão ainda agilizados os trâmites para a outorga de autorização de residência e expedição de documentos trabalhistas e de identidade.

O último dos quatro acordos foi celebrado entre o Brasil e a Argentina, em novembro de 2005. O texto – cujo relator foi o deputado Celso Russomanno (PP-SP) – estabelece as condições para que brasileiros que se encontrem na Argentina e argentinos que estejam no Brasil obtenham a transformação dos vistos de turista e temporários em vistos permanentes. O texto ainda abre a possibilidade de regularização de clandestinos, desde que estes saiam do país onde se encontram e reingressarem de forma regular.

– Esses acordos são gestos que ajudam a superar o momento de crise e a indicar que o Mercosul avança – celebrou o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), presidente da Representação Brasileira da CPCM. Na opinião do deputado Dr. Rosinha, os textos aprovados são uma “resposta aos críticos do Mercosul”.

Medidas demonstram que Mercosul avança, diz Sérgio Zambiasi

Do Norte ao Sul, cinco focos

Segundo a CPI do Tráfico de Armas, traficantes, guerrilheiros e até militares de países vizinhos estariam envolvidos



1. De posse das armas adquiridas na fronteira norte, os criminosos percorrem até 100 quilômetros dentro do território nacional para chegar a pistas clandestinas, de onde despacham o material em vôos para o Rio e São Paulo.

2. A estratégia é essencial para driblar o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que faz o controle aéreo das fronteiras. O Sivam monitora os aviões que vêm de fora do Brasil, enquanto os vôos internos não sofrem tanto controle.

3. Muitos vôos na Rota do Tráfico de Armas contornam as áreas de maior fiscalização. Há aviões que saem do Brasil e passam pelas Guianas, antes de chegar ao Suriname, onde são abastecidos. De lá, fazem o percurso até a Colômbia.

4. Outra tática adotada pelos traficantes de armas é, partindo das fronteiras ao norte, seguirem sobre o Oceano Atlântico para só entrar no espaço aéreo nacional pela região Nordeste.

5. As armas contrabandeadas através da chamada Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai) têm que atravessar pelo menos 2 mil quilômetros (e de quatro a seis estados) para chegar às mãos do PCC ou do Comando Vermelho. Isso acontece devido à falta de controle das rodovias nas fronteiras e entre os estados e à corrupção das polícias estaduais e alguns órgãos federais. Quem se abastece principalmente no Paraguai é o Comando Vermelho. O PCC prefere a Argentina e o Uruguai.

Suriname - É considerada a fronteira mais desprotegida, onde o tráfico é intenso. O exército da ex-colônia holandesa simula roubos das armas em seus paíóis para vendê-las a traficantes brasileiros. Uma parte é trocada por cocaína na Colômbia e o restante segue para Rio e São Paulo.

Colômbia e Bolívia - A poucos quilômetros da fronteira, funciona um “supermercado” de armas usadas, na definição do deputado Moroni Torgan. Todas as armas descartadas pelas Farc são oferecidas aos bandidos brasileiros. De lá provém a maioria dos fuzis apreendidos no Rio.

Paraguai - O desvio no arsenal do Exército abastece as quadrilhas de traficantes que trazem armas para o Brasil. A fronteira é foco constante de preocupação das autoridades brasileiras pelo tráfico de armas, drogas, eletrônicos, grãos, cigarros, bebidas e até seres humanos. Até a década de 90, era o principal ponto de desvio de armas brasileiras. Desde então, o Brasil cortou as exportações de armas pequenas ao país.

Argentina - Oficiais de alta patente estariam ajudando a abastecer o mercado clandestino brasileiro com armamentos pesados, que incluem granadas e lança-foguetes. As próprias fábricas de armas ajudariam os oficiais a traficá-las.

Uruguai - O Brasil receberia armas novas e usadas pela vasta fronteira com o Rio Grande do Sul.

SEGURANÇA PÚBLICA Comissão reúne especialistas para debater formas de enfrentar bandidos e reduzir violência

FOTOS: CÉLIO AZEVEDO



Delegado federal Mauro Spósito, Robson Robin da Silva, do Ministério da Justiça, a investigadora Marina Maggesi e o delegado Wladimir Reale: debate esclarecedor

Combate ao crime é transnacional

Em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o coordenador de Operações Especiais de Fronteira do Departamento da Polícia Federal (DPF), delegado Mauro Spósito, afirmou que o Brasil deve priorizar o combate ao crime organizado transnacional e aprimorar o controle das fronteiras na região amazônica com os países andinos.

– A América do Sul é o único

continente onde tem origem a cocaína. A cocaína cheirada no Japão sai da América do Sul. Temos 8 mil quilômetros de fronteira com os países produtores, Peru, Bolívia e Colômbia, que mantêm, juntos, 95 mil hectares de coca plantados. Um hectare produz em média uma tonelada de cocaína – disse o delegado.

Além do narcotráfico, Spósito destacou outros problemas verificados pela PF na Amazônia,

como a exploração indígena e a atuação de organizações não-governamentais (ONGs) e mineradoras internacionais na região. Essas empresas, segundo ele, geralmente atuam em torno da reserva indígena Roosevelt (RO), onde mais de 25 garimpeiros foram mortos no primeiro semestre de 2004.

– O subsolo da Amazônia está praticamente em mãos de companhias estrangeiras, aproximada-

mente 34, dentre elas a Vaaldiam. Em junho do ano passado, a empresa Rio Tinto aplicou US\$ 13 milhões em Pimenta Bueno (RO), apenas em alvarás de pesquisa. As ONGs fazem parte de um lobby de associações que visam influir na política nacional e são subvencionadas por governos estrangeiros com interesses no Brasil – disse.

O delegado Mauro Spósito lembrou ainda a atuação de terroristas na região, como os guerrilheiros

das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), embora tenha destacado que o grupo não atua no território brasileiro. O representante da PF também ressaltou a ocorrência de biopirataria, de conflitos decorrentes da questão agrária e de agressões ao meio ambiente na Amazônia. A Polícia Federal mantém atualmente mais de 18 operações na região, todas sob o comando do próprio Spósito.

Para policiais, integração do sistema é essencial

O presidente da Associação dos Delegados do Rio de Janeiro, Wladimir Sérgio Reale, cobrou que o governo envie ao Congresso Nacional projeto para a integração do sistema de administração da Justiça Criminal, já que é a sua competência. Segundo Reale, a Constituição federal, artigo 144, parágrafo 7º, deixa a possibilidade de integração para “buscar um melhor resultado” da atuação das polícias, mas nada foi feito.

– Já se passaram 18 anos da aprovação da Constituição federal e o Executivo não enviou um projeto de lei para que isso seja regulamentado como sistema – avaliou.

Ele criticou o conflito de competências entre as polícias Civil e Militar e o Ministério Público. Questões, segundo ele, “politizadas e partidárias com pirotécnia” aumentam o confronto entre as instâncias, especialmente em relação à possibilidade de o MP investigar.

Reale também criticou a ação da instituição e informou que, a cada dez ações que o órgão apresentou denúncia junto ao Supremo Tribunal Federal (STJ)

nos últimos cinco anos, oito foram consideradas ineptas.

Reale mostrou ainda entusiasmo com a possibilidade de vinculação de receitas orçamentárias para a área da segurança, conforme proposta aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na semana passada. E pediu mais atenção para com o consumidor de drogas, que é tratado, lembrou, apenas como vítima, o que estimula o aumento do consumo eventual (que já seriam 70% dos consumidores).

– Não se vai conseguir melhorar a questão do tráfico se não olharmos os usuários, pois eles alimentam e realimentam o crime organizado; o resto é consequência – disse.

PCC não é problema paulista, diz delegada

Já Marina Maggesi, chefe do Setor de Investigação da Delegacia de Repressão a Entorpecentes do Rio de Janeiro, afirmou que o Primeiro Comando da Capital (PCC) – a organização criminosa que assustou São Paulo com uma onda de violência que resultou na morte de mais de 130 pesso-



Roberto Saturnino preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

as – não é um problema de São Paulo, mas, sim, uma questão de soberania nacional.

Ela citou o exemplo do delegado Godofredo Bittencourt, de São Paulo, que assumiu como erro a transferência de integrantes do PCC para outros presídios brasileiros, que puderam assim “fazer escola” e “plantaram uma metástase no Brasil”. Segundo Maggesi, todas as instituições deveriam fazer essa *mea-culpa* e assumir os erros. A delegada criticou a posição da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que se posicionou contrariamente às revistas de advogados em prisões, como sugeriu o governador paulista Cláudio Lembo durante a crise.

“Falta de segurança ameaça a defesa nacional”

A falta de segurança pública atingiu tal dimensão que já ameaça a própria defesa nacional. A avaliação foi feita pelo representante do Ministério da Justiça, Robson Robin da Silva, na audiência pública da CRE.

Robin defendeu o aprimoramento da atual legislação penal e a regulamentação de alguns tópicos da Constituição, a exemplo do parágrafo 7º do artigo 144, segundo o qual “a lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de modo a garantir a eficiência de suas atividades”.

– As atividades de segurança pública estão calcadas em legislação infraconstitucional, que abre precedentes para discussões e contestações. O país precisa de garantia jurídica, e as modificações têm de estar consolidadas na regulamentação constitucional – disse Robin.

Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, Robin considera que eventuais alterações na legislação têm de levar em conta a integração entre

as forças policiais.

– Segurança pública não pode ser tratada de forma segmentada. Isso não significa a intervenção nos estados, mas é preciso ditar mandamentos constitucionais que orientem o trabalho policial – defendeu.

O representante do Ministério da Justiça disse ser favorável à “unidade política” dos parlamentares para o aprimoramento da atual legislação penal e considerou “inócua” o bloqueio de celulares em presídios, como forma de combater a violência promovida pelo crime organizado.

– A maioria dos presos no Brasil cumpre pena em delegacias, e não em presídios. O caminho é retirar o preso da delegacia e criar um sistema penitenciário, sem inviabilizar a comunicação entre as delegacias – explicou.

Ele também lembrou que a atuação da polícia muitas vezes é prejudicada por dualidades e divergências na interpretação das leis de segurança pública pelo meio jurídico. O Brasil, segundo Robin, precisa contar com unidade jurídica que reconheça definitivamente o papel da instituição policial.

Efetivo da Polícia Civil do Rio é praticamente o mesmo desde 1974

O efetivo policial civil no estado do Rio de Janeiro hoje chega a 11 mil, praticamente o mesmo do antigo estado da Guanabara, extinto em 1974. A informação é do delegado Wladimir Sérgio Reale, que considera o número uma “desproporção brutal”. Ele respondeu a questionamento do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), para quem no Brasil há seis vezes menos policiais do que nos países mais ricos.

Já Robson Robin, representante da Secretaria Nacional de Justiça, destacou que antes da discussão sobre se o efetivo

policial é pouco, é preciso gerenciá-lo melhor. Ele criticou o deslocamento de grande número de policiais para trabalhar na segurança de tribunais ou para a segurança de shows privados, com custeio da máquina e sem responsabilização dos organizadores sequer com a cota de água que o policial precisa tomar durante o evento.

– Quem pagou o efetivo para o grande evento é a sociedade. É preciso uma regra nacional (para que uma parte do valor do ingresso seja repassada para a polícia) – sugeriu.

O delegado federal Mauro Spósito destacou que o efetivo da polícia civil fluminense é o mesmo da Polícia Federal em todo o país e ressaltou as dificuldades enfrentadas pela PF na Amazônia, já que ninguém quer permanecer no posto por muito tempo, pela falta de atrativos financeiros.

A delegada Marina Maggesi citou frase do diretor-geral da PF, Paulo Lacerda, durante sua posse, ao dizer que a instituição tinha 10% de corruptos e 80% de burocratas, ou seja, só 10% trabalham efetivamente. Ela lamentou que seja pra-

ticamente impossível manter os policiais de qualidade, que querem sempre subir na carreira. Ela também criticou o preconceito que seria difundido pela imprensa contra os jovens favelados.

Já o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou defensores de direitos humanos, que atrapalhariam a atuação policial. Ele defendeu a vinculação de receitas para a área de segurança. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) se emocionou durante a audiência e lamentou que tantos policiais tenham morrido nos ataques do PCC.

COMISSÕES

CCJ aprova garantia de verbas para a segurança

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deu parecer favorável ao projeto do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que proíbe o contingenciamento de verbas orçamentárias referentes a programas de segurança pública (PLS 134/06). A proposta, de caráter não-terminativo, ainda será examinada pelo Plenário, como parte de um pacote de medidas emergenciais destinadas ao combate à criminalidade no país.

O bloqueio dos recursos dependerá de aprovação do Congresso

Nacional, conforme emenda apresentada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Outra emenda ao projeto, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), estabelece que a falta de aplicação dos recursos de segurança pública repassados pela União implicará crime de responsabilidade por parte dos ministros da Fazenda e da Justiça, e dos governadores.

A comissão também apresentou parecer favorável ao projeto de lei que delega poderes aos ministros do Turismo, Justiça e Re-



Reunião da comissão: projeto ainda será votado pelo Plenário, no pacote de medidas contra o crime

lações Exteriores para isentarem, por meio de portaria conjunta, a exigência de visto de entrada de turistas quando o interesse nacional o recomendar (PLS 151/05). Em relação aos sistemas de inspeção, a proposição determina que os estrangeiros que vierem a ingressar no país receberão o mesmo tratamento dispensado em seus países aos cidadãos brasileiros, como a abertura de bagagens para exame, passagem

por detector de metais ou revistas com retirada de sapatos e peças de roupas. O projeto, de autoria do senador Paulo Octávio (PFL-DF), será apreciado em decisão terminativa pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O projeto teve como relator o presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Segundo ele, a proposição servirá para combater as cons-

tantes humilhações impostas aos brasileiros em visita aos Estados Unidos.

– As humilhações não são pequenas. Inclusive a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) ficou detida por mais de três horas, mesmo portando passaporte diplomático emitido pelo Senado – disse Antonio Carlos Magalhães, ao lembrar recente viagem feita pela parlamentar àquele país.

Subsídio para habitação de policial

A CCJ também aprovou, em caráter terminativo, projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que cria o programa de subsídio habitacional para policiais militares e civis. A proposta não recebeu emendas do relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO).

Já examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o programa tem por objetivo melhorar as condições de habitação dos integrantes das polícias militares, civis e dos bombeiros militares. O projeto – que será enviado à Câmara dos Deputados – faz parte do pacote de matérias que a CCJ está aprovando para minimizar os graves problemas de segurança pública do país.

Na justificativa da proposta, Renan relata que lhe chamou a atenção uma manchete de um *site* da BBC de Londres, em sua versão para o português, referindo-se ao Brasil: “Policiais que moram

em favelas escondem a profissão”. Segundo Renan Calheiros, isso acontece porque, se forem reconhecidos em sua atividade policial onde moram, podem ser assassinados, juntamente com seus familiares.

– Há casos pitorescos que merecem registro. Em áreas de comércio de drogas, por exemplo, os policiais são submetidos à vigilância dos marginais e ficam mesmo impedidos do uso de seus telefones residenciais. Outros, mais cautelosos, ao fim de suas tarefas, optam por dormir nos quartéis, diante do receio de retorno às suas residências. No Rio de Janeiro, estima-se que 10% do contingente dos policiais militares vivam nessas circunstâncias – afirma Renan.

De acordo com o projeto, não

será contemplada pelo programa a pessoa física que já tenha recebido benefícios da mesma natureza, oriundos de recursos orçamentários da União. Caberá ao Executivo, por meio de regulamento, definir as diretrizes e condições para a implementação do programa, especialmente quanto às faixas de renda a serem atendidas; aos procedimentos e condições para direcionamento dos subsídios; aos valores máximos dos subsídios; e à colação financeira e técnica com outros entes da Federação para o atendimento dos objetivos da lei.

Ainda segundo o projeto, os recursos do programa serão destinados exclusivamente ao subsídio de operações de financiamento habitacional destinadas a esses policiais.

Nas favelas do Rio, policiais escondem profissão dos vizinhos

Aprovada indicação para diretor da Adene

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou a indicação do economista Enildo Meira de Oliveira Júnior para o cargo de diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Por sugestão do relator, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), o colegiado também acolheu re-

querimento para que a decisão seja encaminhada ao Plenário em regime de urgência.

Enildo Meira – que atualmente é gerente-executivo de Planejamento e Informação da Adene – disse que, para conquistar o equilíbrio federativo, é essencial pôr em execução uma política de crescimento para as

regiões mais atrasadas.

– O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil gerou a concentração espacial da produção em poucas áreas (Centro-Sul) e regiões metropolitanas de Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Manaus – observou o economista.

Para corrigir essa distorção, segundo Enildo Meira, é necessário investir em infraestrutura, nas instituições de pesquisa e inovação tecnológica e na qualificação dos recursos humanos. Remontar o aparelho planejador de Estado também é essencial, ressaltou Enildo.

Passo importante nesse sentido, de acordo com Sérgio Guerra, é a recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Projeto com esse objetivo já foi aprovado no Senado e tramita na Câmara dos Deputados.

Comissão de senadores acompanha crise em SP

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ao Plenário que a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH) aprovou requerimento que constituiu um grupo de senadores para viajar a São Paulo, com a finalidade de acompanhar os desdobramentos dos atentados do PCC e as ações de repressão empreendidas depois pela polícia. Suplicy vai integrar o grupo.

A comissão de senadores irá acompanhar as investigações tanto da polícia quanto da Procuradoria de Justiça paulista. O senador aplaudiu a decisão do procurador-geral da Justiça de São Paulo, Rodrigo Pinho, de exigir das autoridades paulistas todas as informações sobre as mortes ocorridas após os

atentados e sob que circunstâncias elas ocorreram.

Suplicy elogiou, no mesmo pronunciamento, a apresentação, pelo Teatro Oficina, em São Paulo, do espetáculo *A Luta – Parte II*, o quinto de uma série baseada no clássico *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Depois de ter assistido à apresentação, o senador recomendou a seus colegas que, se forem à capital paulista, não deixem de ver a peça.

De acordo com Suplicy, essa última parte do projeto representa no palco a última etapa da Guerra de Canudos, no final do século 19, com a quarta expedição do Exército brasileiro, quando houve o massacre de mais de 25 mil seguidores de Antônio Conselheiro.

Brasil deve ganhar juizados de violência doméstica

A CCJ apresentou parecer favorável a projeto da Presidência da República que dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PLC 37/06). A matéria foi relatada pela senadora Lucia Vânia (PSDB-GO) e será examinada em regime de urgência pelo Plenário, conforme pedido da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Na avaliação de Lúcia Vânia, a proposição apresenta algumas inovações que poderão contribuir para a redução dos casos de violência doméstica, como a proibição de penas restritivas de direito de prestação pecuniária, cestas básicas e multa. O projeto define violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou conduta baseada na relação de gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico.

De acordo com o projeto, a autoridade policial deverá comparecer de imediato ao local da



Senadora Lúcia Vânia, relatora: projeto de lei ajudará a coibir violência doméstica

agressão e adotar as medidas de proteção cabíveis para o atendimento da vítima.

Outros procedimentos inovadores do projeto determinam o recolhimento de provas necessárias, a realização de exames periciais e de corpo de delito, além da tomada de depoimento da vítima, do agressor e de testemunhas, quando houver.

CÉLIO AZEVEDO



Observado por Ana Júlia, Enildo Meira fala sobre propostas para dirigir a Agência de Desenvolvimento do Nordeste

CÉLIO AZEVEDO

MÁRCIA KALUME

COMISSÕES Medidas do governo alongam dívidas dos produtores, mas não contribuem para reduzir custos de produção

Pacote dá fôlego aos problemas no campo

A ajuda federal – a terceira em menos de dois meses – deve dar algum fôlego aos produtores rurais, encorajando-os a plantar a próxima safra. Mas não será suficiente para reverter a tendência de forte redução no plantio de grãos e a alta dos preços dos alimentos no primeiro ano do próximo governo.

Esse diagnóstico já foi absorvido pela área econômica, que deixou boa parte da crise de renda do setor ser ajustada pelo próprio mercado. “Os preços não vão ficar baixos como nos últimos dois anos. Não adianta ter uma agricultura em estado falimentar para ter consumo a preços baixos”, reconheceu o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que não acredita que a recuperação dos preços agrícolas gere inflação.

O pacote agrícola, anunciado na última quinta-feira no Planalto, definiu, entre outras medidas, o alongamento de dívidas passadas e a prorrogação por quatro anos, mais um de carência, dos vencimentos de custeio da safra 2005/2006, tirando do sufoco quem não consegue pagar aos bancos. “Foi um avanço”, avaliou o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Mas, como observou o senador, não ficou claro o que vai ser feito para liberar as garantias patrimoniais, como imóveis, empenhados nas dívidas securitizadas ou naquelas enquadradas no Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa). Isso é fundamental para que os produtores possam tomar

novos empréstimos bancários. “Se essas decisões vierem por medida provisória, vamos melhorar as condições para tornar os produtores adimplentes para esse plantio”, avisou Pinheiro.

Além de mais prazo para pagar aos bancos, com prorrogações automáticas do custeio da safra passada, que variam por produto e por região – 40% para o arroz, 30% para o algodão, 20% para o milho, 50% para a soja no Sul e Sudeste e 80% nas demais regiões –, o governo também deu ajuda nas renegociações com o setor privado. Forneceu mais recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) não só para capital de giro dos produtores – cerca de R\$ 3 bilhões – como também para os fornecedores de insumos, serviços e cooperativas, com mais R\$ 1 bilhão para pagar em 15 meses.

Essa foi a principal providência, segundo Pinheiro, para aliviar as pendências dos produtores com os comerciantes, as *tradings* e as indústrias de insumos agropecuários, onde se concentram as dívidas dos produtores – cerca de 70% do endividamento dos sojicultores de Mato Grosso, por exemplo. “Hoje quem não paga é porque não pode. Os caloteiros são residuais”, registrou o vice-presidente do Banco do Brasil, Ricardo Conceição. A inadimplência perante o BB no ano passado, continuou ele, “foi superior a 30%” na soja, algodão e Cédula do Produto Rural (CPR) no Centro-Oeste, enquanto a “média gira entre 5% e 6%”.

MP das dívidas rurais do Nordeste deve avançar

As renegociações das dívidas dos produtores nordestinos devem deslanchar nesta semana, depois que o governo formalizou o pacote agrícola na última quinta-feira. Os entendimentos para construir um acordo no Senado que viabilize a votação da Medida Provisória 285 dependiam do

to de Nélio Dias (PLC 142), disse que avisou o presidente Renan Calheiros de que só permanecerá na relatoria se for para selar um acordo que não sofra vetos do governo. O importante, na avaliação dele, é que desta vez todos os envolvidos parecem dispostos a costurar um entendimento, até

porque o governo não poderá reeditar este ano MP sobre o mesmo tema.

A Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA) já se reuniu com a assessoria

de Fernando Bezerra para apresentar algumas reivindicações. Uma delas é ampliar o valor originalmente contratado que seria refinanciado, dos R\$ 50 mil previstos na MP para R\$ 200 mil. E que o projeto alcance não só os recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), como está na medida provisória, mas também os do FAT e as dívidas securitizadas, incluídos por Eunício em seu relatório.

Não ficou claro o que será feito para liberar bens oferecidos como garantia

Bezerra diz que só será relator se acordo puder evitar vetos do governo

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN), líder do governo no Congresso e relator da MP, informou que o

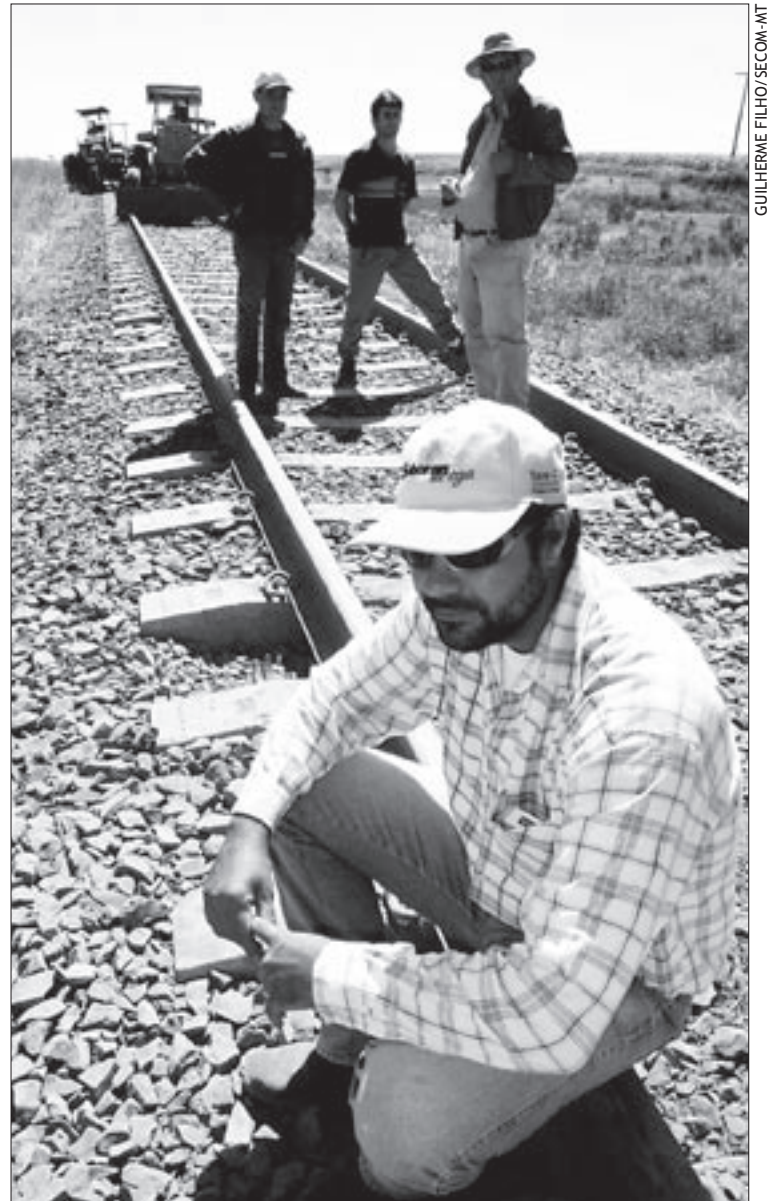
ponto de partida será o relatório do deputado Eunício Oliveira (PMDB-CE), que acabou derrubado na Câmara. Os ruralistas conseguiram reinstaurar o texto do projeto do deputado Nélio Dias (PP-RN), com amplo refinanciamento das dívidas dos produtores nordestinos, que custaria, pelas contas do Tesouro, R\$ 11,7 bilhões. O texto já foi vetado pelo presidente da República.

Bezerra, que já relatou o proje-

Apesar da ajuda, e com mais dinheiro para o plano de safra 2006/2007 – R\$ 60 bilhões, dos quase R\$ 10 bilhões para a agricultura familiar –, o governo prometeu enviar projetos de lei para criar um fundo contra catástrofes e outro financeiro para induzir os produtores a poupar para períodos de “vacas magras”.

Mas não sinalizou com nenhuma medida que reduza os custos para o produtor, como desoneração fiscal e mecanismos para subvencionar o preço do diesel. “Essa foi a grande falha do pacote”, avaliou Jonas Pinheiro. Para ele, seriam essas as medidas, além da renegociação das dívidas, que colocariam fim às manifestações dos produtores com bloqueios em estradas e ferrovias no país.

Nesta quarta-feira, parlamentares avaliarão o pacote com o governo, na Comissão de Agricultura da Câmara. Foram convocados, além de Mantega, os ministros da Agricultura, Roberto Rodrigues; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan; e do Desenvolvimento Agrário,



Produtores rurais bloqueiam ferrovia para protestar contra endividamento e preços baixos que afetam o setor agrícola

Principais itens do pacote agrícola

- Refinanciamento por até cinco anos, com dois de carência, para os produtores com pagamentos em dia até 31 de dezembro de 2004, das parcelas das dívidas securitizadas vencidas no ano passado e neste exercício, e das parcelas a vencer em 2006, ou que entraram no saneamento de ativos (Pesa) ou das cooperativas (Recoop).
- Suspensão por 180 dias da inclusão dos inadimplentes do Pesa e da securitização no cadastro de devedores da União.
- Prorrogação por quatro anos dos vencimentos de custeio da safra 2005/2006, com a primeira parcela vencendo

12 meses a contar da data de repactuação, dependendo da região e do produto. Por exemplo, seriam alongados 50% dos créditos para soja no Sul e Sudeste e 80% nas demais regiões.

- Expansão da linha do FAT para capital de giro de R\$ 2 bilhões para R\$ 4 bilhões, com nova modalidade de concessão para fornecedores de insumos, serviços e cooperativas no valor de R\$ 1 bilhão.

- Plano de financiamento da safra 2006/2007, envolvendo recursos de R\$ 60 bilhões (12,5% mais que em 2005/2006), dos quais R\$ 10 bilhões para a agricultura familiar; e manutenção

dos juros controlados para o custeio da agricultura comercial em 8,75% ao ano.

- Reformulação da política de sustentação de preços por meio de projeto de lei que institui novo sistema de garantia do seguro rural (fundo contra catástrofes), com subvenção inicial do governo; e prioridade ao projeto de lei (PL 249/05) que abre o mercado de resseguros.

- Estudo de um novo fundo no qual o produtor aplicaria seus recursos para poder usá-los em períodos de “vacas magras”, com tributação favorecida.

Governo estuda mudanças no câmbio

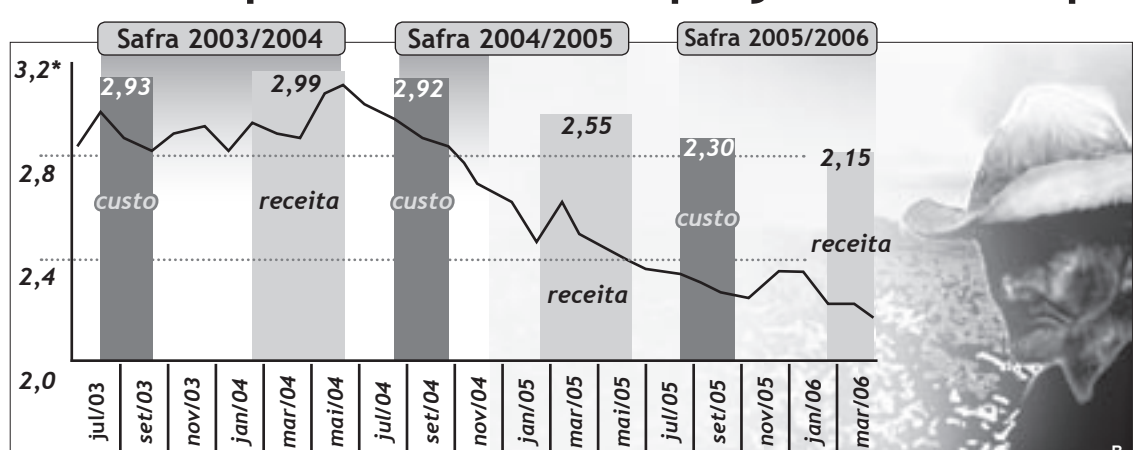
Apesar de não ter anunciado medidas que ajudem a recuperação cambial, principal queixa do setor rural, o governo continua avaliando as providências que pode tomar para ajudar os exportadores. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, confirmou que uma das medidas em estudo é autorizar o exportador a deixar

parte dos dólares que recebe no exterior para pagar o que importa, internalizando só a diferença.

A valorização do dólar ajudou na semana passada a diminuir as reclamações, segundo o ministro. Ele considerou que a ampliação do regime de *drawback* – importações de matérias-primas com isenção de impostos desde que

o produto final seja exportado – para todos os produtos do agronegócio deve diminuir os custos para o produtor. Incluída no pacote agrícola, essa autorização será submetida à Câmara de Comércio Exterior (Camex). Hoje a isenção beneficia apenas frutas, algodão, camarão e carnes de frango e suína.

Câmbio: queda na renda e prejuízo no campo



* valor de um dólar, em reais

fonte: BCB, elaboração: MAPA

AGRICULTURA Estão sendo atendidas pessoas que jamais tiveram acesso a crédito e a assistência, diz senadora

Serys defende agronegócio com preservação ambiental

Ao comentar a matéria "Mato Grosso é campeão mundial de fogo", publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, Serys Shlessarenko (PT-MT) criticou, na última quinta-feira, as práticas agropecuárias predatórias, como a pecuária extensiva, e elogiou o modelo de agronegócio moderno desenvolvido em seu estado, que compatibiliza uma agricultura de alta produtividade com a preocupação de preservação do meio ambiente.

– Não basta sair plantando soja sem critério por todos os cantos. É preciso agregar a esse processo econômico essa componente fundamental que é a preservação ambiental – disse a senadora pelo Mato Grosso.

Citando o sojicultor matogrossense Otaviano Pivetta como modelo de empresário preocupado com a preservação ambiental, Serys alertou para a necessidade do emprego de técnicas intensivas de exploração agropecuária, que permitam altos níveis de produção em áreas menores de terras. Na avaliação da parlamentar, a cadeia do agronegócio é fundamental para o desenvolvimento do país, devido a sua elevada capacidade de geração de empregos – 35% do total no Brasil.

A senadora lembrou que o setor também viabiliza outras atividades como a fabricação de máquinas, defensivos agrícolas e fertilizantes, além de empresas de transporte e transformação.



Cadeia do agronegócio gera 35% do total de empregos no Brasil, ressalta Serys

Ana Júlia comemora bons resultados do Pronaf

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) comemorou, na última quinta-feira, os resultados alcançados pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) executado pelo governo federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A parlamentar destacou a elevação dos recursos destinados ao programa nos últimos três anos. Segundo ela, os investimentos cresceram de R\$ 2,2 bilhões em 900 mil contratos, em 2002, para R\$ 9 bilhões em 1,7 milhão de contratos, na safra de 2005/2006.

Ana Júlia explicou que, para amenizar os impactos da crise no agronegócio, o Plano Safra 2006/2007 do Pronaf contará com medidas estruturais, que abrangerão toda a cadeia produtiva no tocante à agricultura familiar. Com o objetivo de baixar os custos da produção, o plano atuará desde a liberação de novas linhas de crédito com juros me-

nores e diminuição de impostos para importação de insumos, passando por programas de incentivo ao mercado de seguridade da produção, de assistência técnica ao produtor, até o apoio à comercialização e venda.

– Não tenho dúvida de que este governo tem dado um importante impulso à agricultura familiar como nenhum outro antes. Isso tem trazido imensos benefícios, uma vez que o programa passa a atender pessoas que jamais tiveram acesso a crédito e a assistência. Com isso, elas podem passar a produzir e



MARCOS NEGRINI/SETEC

Investimentos do programa voltado para agricultura familiar cresceram de R\$ 2,2 bilhões, em 2002, para R\$ 9 bilhões na safra de 2005/2006, informa a senadora

trazer paz ao campo – disse.

Ana Júlia anunciou ainda que o Pará alcançou, com cerimônia realizada na cidade de Parauapebas, um marco na história do programa no estado, com a

assinatura do contrato de número 100 mil. Trata-se de uma participante do Pronaf Mulher – categoria especial de crédito para investimento destinada às mulheres agricultoras.

João Tenório: indústria sucroalcooleira cresce

João Tenório (PSDB-AL) elogiou o empresariado brasileiro pelos investimentos em energia renovável, o que resultou no crescimento da indústria sucroalcooleira no país, ao longo de 30 anos, e no seu atual reconhecimento em nível internacional, por se tratar de uma tecnologia de ponta, ambientalmente correta e economicamente competitiva.

– O álcool brasileiro se tornou a mais testada e produtiva fonte de energia renovável utilizada no mundo; objeto de desejo de ambientalistas internacionais, gerando um potencial de mercado – disse.

O senador ressaltou que o Brasil soube adaptar-se ao aumento da demanda por álcool e, embora tendo enfrentado alguns percalços, entre os quais eventuais descompassos entre oferta e procura e regimes fiscais incoerentes, conseguiu tornar-se o maior produtor de álcool do mundo.

João Tenório anunciou aumento de 30% da área canaveira, até 2010, com a entrada em operação de 74 novas centrais

energéticas, num investimento da ordem de US\$ 8 bilhões, para atender ao aumento da demanda. Segundo o parlamentar, o novo mercado movimentará R\$ 12 bilhões, gerará R\$ 2,4 bilhões em impostos e 280 mil empregos nas novas usinas, sem falar em 1 milhão de novas oportunidades de trabalho na cadeia produtiva da indústria sucroalcooleira.

Entre as vantagens da expansão do setor, Tenório destacou a fixação do homem no campo; o desaparecimento do bóia-fria com a maior qualificação da mão-de-obra; e salário médio três vezes superior à média nacional. Além disso, observou, desde 1989 o setor tornou-se auto-suficiente, submetendo-se às intrincadas regras do mercado financeiro nacional e valendo-se de sua credibilidade comercial interna e externa.

Ele criticou a mídia por alardear o aumento de 30% do valor do álcool no período da entressafra no início do ano, e as autoridades governamentais pelas ameaças ao setor.

Aelton ressalta potencial da agricultura orgânica no país

O senador Aelton Freitas (PL-MG) afirmou que o Brasil precisa aproveitar seu potencial como explorador da agricultura orgânica. A prática, que, segundo ele, proporciona alimentos mais saudáveis, porque cultivados sem agrotóxicos, desperta grande interesse em todo o mundo, e estima-se que as atividades relacionadas ao setor movimentem cerca de US\$ 40 bilhões por ano. Os 12 mil produtores brasileiros, que, desse montante, respondem por US\$ 300 milhões, só representam, no entanto, 1% do mercado agrícola interno.

Aelton destacou que o interesse dos países da União Européia e dos Estados Unidos pelos produtos orgânicos brasileiros é cres-

cente, o que pôde ser observado num evento realizado na Alemanha no início deste ano. Na ocasião, a BioFest, a maior feira de produtos orgânicos do mundo, as 38 empresas nacionais presentes fecharam negócios que somaram US\$ 27,4 milhões.

– Temos de agarrar essa tremenda oportunidade que se abre. Ainda que o manejo orgânico seja mais complicado, que exija um número maior de trabalhadores, o produto final possui um maior valor agregado – disse o senador, ao ponderar que falta aperfeiçoar a legislação do setor, o que vai conferir aos produtos e aos produtores nacionais mais credibilidade e potencial de competitividade.



ROOSEVELT PINHEIRO

Prática que proporciona alimentos mais saudáveis desperta grande interesse em todo o mundo, afirma Aelton Freitas

PROJETOS - O senador Paulo Paim (PT-RS) sugeriu a unificação dos projetos Pacto pelo Rio Grande e Este é o Rio Grande que Queremos, que visam à mobilização de lideranças regionais e da sociedade na busca de soluções para a crise econômica e um modelo de administração para os próximos governos do Rio Grande do Sul. Segundo Paim, os projetos serão apresentados à sociedade em agosto.

EMBRAPA - Sibá Machado (PT-AC) homenageou a Embrapa Hortaliças, que completou 26 anos na última sexta-feira. O senador lembrou que essa é uma das diversas unidades descentralizadas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e, quando foi criada, a produção das hortaliças no Brasil era de pouco mais de 8,8 mil toneladas por ano. Atualmente, informou Sibá, a produção é superior a 16 milhões de toneladas.

COBRANÇA - Ao comentar pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre segurança alimentar no país, segundo o qual a Paraíba ocupa a terceira pior posição no ranking nacional, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) cobrou do governo federal a implantação de políticas sociais emergenciais para amenizar a situação. Conforme Suassuna, a pesquisa registrou que 35% da população paraibana enfrenta insegurança alimentar.

INVASÕES - O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) voltou a denunciar, na última quinta-feira, invasões que ocorrem no Reflorestamento Fazenda Água Azul II, de propriedade da empresa Camargo Corrêa Metais (CCM), situada no município de Breu Branco, próximo a Tucuruí, no sudeste do Pará. Ele disse que a fazenda destina sua reserva legal para atividades de manejo florestal sustentável de baixo impacto, realizado em parceria com a IBL Madeiras.

PROGRAMA - Gilvam Borges (PMDB-AP) pediu apoio ao programa educacional dos jovens de áreas rurais apresentado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário pela rede dos Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffas). Denominado Programa Nacional de Educação por Alternância para a Agricultura Familiar, a iniciativa visa a uma "formação integral e personalizada para aqueles que escolheram viver no campo".

COMISSÕES

Mais recursos para a educação básica

Por unanimidade, a Comissão de Educação (CE) aprovou projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que autoriza o Poder Executivo a criar a Poupança-Escola e o Fundo de Investimento na Educação Básica (Fieb) para financiar o programa.

A proposição (PLS 60/04), aprovada em decisão terminativa, destina-se a atender os estudantes mais pobres que estão atualmente enquadrados no Programa Bolsa Família. Se não houver recurso para exame do Plenário, será enviada diretamente à Câmara. O relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), afirmou que a maioria desses estudantes nem chega a concluir o ensino fundamental.

– Qualquer investimento finan-

ceiro e educativo nessas crianças, que se estima serem de quase 10 milhões, realizado no momento de sua escolarização regular, é preferível às atuais alternativas de evasão, de subemprego precoce, de desvio para a criminalidade, de desemprego marginal – enfatizou Azeredo.

As fontes financeiras do Fieb serão dotações orçamentárias específicas, rendimentos de aplicações, depósitos particulares espontâneos e doações, entre outras, segundo Eduardo Azeredo.

De acordo com a proposta, cada estudante beneficiado pelo programa terá uma poupança em seu nome, da qual terá direito de fazer três saques durante o percurso escolar. O primeiro saque

poderá ocorrer após a matrícula na 5ª série do ensino fundamental; o segundo, na série inicial do ensino médio; o terceiro, após a conclusão da educação básica.

Registro de circos no Ministério da Cultura

A comissão acolheu ainda, em turno suplementar, substitutivo do senador Flávio Arns (PT-PR) a projeto do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que determina o registro dos circos no Ministério da Cultura e medidas de proteção a animais circenses. A proposta (PLS 397/03) recebeu decisão terminativa na CE. Também foram aprovados 20 projetos de decretos legislativos autorizando o funcionamento de emissoras de rádio.



Heloísa Helena, Pedro Simon, Paulo Paim e o deputado Jackson Barreto, na audiência pública

Paim defende paridade do mínimo para trabalhadores e inativos

O relator da Comissão Mista do Salário Mínimo, senador Paulo Paim (PT-RS), prometeu, em audiência pública na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, que apresentará voto favorável à concessão de reajuste para os aposentados e pensionistas igual ao dos trabalhadores ativos.

Paim salientou que, se não houvesse desvio dos recursos da Seguridade Social para outras finalidades, os trabalhadores e aposentados brasileiros poderiam ter melhores salários.

Para o diretor da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no estado, Celso Woyciechowski, a

recuperação do salário mínimo nacional envolve uma política pública de distribuição de renda. Ele disse que a CUT vai apresentar à comissão proposta para recuperar, em 20 anos, o poder aquisitivo do salário mínimo. E ressaltou que as sugestões em análise precisam levar em conta as pessoas que vivem com renda próxima de um salário mínimo e também os aposentados.

O representante da Força Sindical, Luiz Carlos Barbosa, lembrou que, se cumprisse a determinação constitucional, o valor do salário mínimo deveria ser de aproximadamente R\$ 1.400. Ele também afirmou que

concorda com a opinião de Woyciechowski, de que as propostas de reajuste do salário mínimo nacional devem levar em conta a distribuição de renda.

Para o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), os preceitos constitucionais devem ser assegurados por meio de políticas públicas, o que exige investimentos por parte do governo em benefício dos trabalhadores, aposentados e pensionistas.

Já o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), relator-geral do Orçamento da União para 2007, garantiu que os debates servirão como subsídio para a discussão da peça orçamentária.

Salário de R\$ 570 é possível, diz Heloísa

Na audiência pública em Porto Alegre, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que é possível pagar um salário mínimo no valor de R\$ 570 sem que haja quebra da Previdência Social. Na opinião da parlamentar, esse valor está dentro dos limites exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e não causará nenhuma instabilidade social.

– Estamos falando do que é preciso fazer hoje. É possível pagar um salário mínimo de R\$ 570. Não quebra a Previdência. A Seguridade Social é superavitária, isso é farsa econômica e fraude política. Não apresentamos propostas incompatíveis, que vão quebrar o Brasil – disse a senadora.

Heloísa explicou que o aumento do salário mí-

nimo poderia afetar apenas três setores da economia brasileira: 1% das pequenas prefeituras, que poderiam sofrer impacto na folha de pagamento; pequenas e microempresas rurais e urbanas e pessoas que têm empregado doméstico. Essas perdas, disse ela, podem ser compensadas, por exemplo, por meio de reformas tributárias.

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou a preocupação de que o valor do salário mínimo permita que os brasileiros adquiram o essencial à sobrevivência.

– Não estamos pedindo nada imoral, não estamos preocupados se há quem ganhe milhões, mas sim que as famílias tenham o mínimo para viver com dignidade – observou Simon.



CÉLIO AZEVEDO

Plenário da comissão acolhe requerimento de Pedro Simon, para quem relações comerciais entre os dois países vivem grave crise

Relações Brasil-China serão tema de audiência

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai realizar audiência pública para discutir a “grave e delicada situação” das relações comerciais entre o Brasil e a China. A reunião, aprovada por meio de requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), tem o objetivo de buscar políticas para fortalecer e proteger o mercado nacional, em todos os setores, inclusive em face da recente adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC).

– Não é recente o fato de o relacionamento entre esses mercados oscilar, sob nossa ótica, entre prolífico, interessante e desejável a até desequilibrado e pernicioso para nossa economia local – afirmou Simon, para quem a adesão da China à OMC justifica também o debate sobre ações, estratégias e políticas específicas para a regulação harmoniosa

dessas relações comerciais.

Incentivos fiscais no Pará sob análise

A comissão aprovou ainda requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) para que a CAE solicite informações ao governo do Pará sobre o impacto econômico e social causado após a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de parte da Lei Estadual 6.489/02, que permitia a concessão de benefícios fiscais a empresas participantes da política de incentivos ao desenvolvimento do estado.

Ana Júlia quer saber, entre outros pontos, quantas empresas foram beneficiadas pela lei, qual o montante de recursos arrecadados e o número de empregos gerados em razão da renúncia do ICMS por essas empresas.

Autorizado empréstimo para Mato Grosso do Sul

A CAE aprovou a contratação de operação de crédito externo para Mato Grosso do Sul, de até US\$ 28 milhões, para financiamento parcial do Programa de Melhoria da Infra-Estrutura Viária da Região Sul-Fronteira. Pedido de urgência para votação da matéria no Plenário também foi acolhido.

Conforme o relator, senador Aelton Freitas (PL-MG), o programa quer impulsionar o desenvolvimento econômico e social da região da fronteira de Mato Grosso do Sul e sua integração

com as demais regiões do estado e do país, por meio da melhoria das condições de acesso e circulação de veículos.

A operação de crédito entre o governo de Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) terá garantia da União. O custo total do programa está estimado em US\$ 35 milhões, sendo que, além dos recursos previstos para serem contratados com o Fonplata, cerca de US\$ 7 milhões serão aportados como contrapartida do estado.

Decisões de subcomissão dão apoio à cultura

A Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, que funciona no âmbito da Comissão de Educação (CE), aprovou dois requerimentos. O primeiro garante a realização de uma audiência pública nesta quarta-feira, às 10h, para discutir problemas relacionados ao setor musical brasileiro. Já estão confirmadas as presenças dos músicos Ivan Lins e Fernanda

Abreu, além de outros nomes ligados ao setor.

O segundo requerimento pede que a subcomissão elabore documento dirigido ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, e ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, solicitando a liberação de recursos orçamentários no valor de R\$ 30 milhões para a Fundação Nacional de Arte (Funarte).

COMISSÕES

Menos pobreza é saída contra exploração sexual

O combate à exploração sexual de crianças e adolescentes deve incluir programas sociais em larga escala nas regiões mais carentes do país, pois a pobreza das famílias é fator decisivo no surgimento dessa questão. O ponto de vista foi defendido pelo titular da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social, Osvaldo Russo, em debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Além dele, a audiência teve a participação de Cristina Albuquerque, que coordena programa de combate à exploração sexual.

– A exploração sexual é frequentemente encontrada onde existe a pobreza – salientou Russo, citando o Fome Zero como bom mecanismo para enfrentar o problema.

O presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), solicitou aos expositores sugestões sobre como o Senado pode contri-

buir para erradicar a exploração sexual de jovens e crianças, ao que o secretário indicou iniciativas legislativas para ampliar ainda mais os debates em torno do problema, com ampla participação da sociedade.

Russo afirmou que a Casa pode também colaborar politicamente para a “responsabilização” dos agentes públicos com a obrigação formal de atuar no combate direto à exploração sexual na infância ou por meio de políticas correlatas. Para o secretário nacional, as políticas públicas existem e funcionam, mesmo precariamente, mas falta a responsabilização dos agentes.

Após a audiência, a CDH aprovou requerimento para a realização de diligência para acompanhar os desdobramentos dos ataques criminosos da facção Primeiro Comando da Capital (PCC), em São Paulo.



Cristina Albuquerque, Cristovam Buarque e Osvaldo Russo participam de debate na Comissão de Direitos Humanos

Coordenadora pede pressa na votação de projetos da CPI

A coordenadora do Programa de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Cristina Albuquerque, pediu celeridade ao Congresso na aprovação de cinco projetos originários da CPI da Exploração Sexual, encerrada em 2004. Eles já foram votados pelo Senado e estão na pauta da Câmara desde abril.

– Os projetos garantem avanços nos códigos Penal e Processual Penal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e preenchem lacunas gritantes em relação à

pornografia infantil – explicou Cristina Albuquerque durante debate na CDH.

Ela ressaltou que os criminosos que traficam e exploram meninos e meninas sexualmente estão cada vez mais organizados e sofisticados. Além disso, frisou, há uma intensificação dos casos, especialmente na região da Amazônia. No entanto, afirmou que, apesar de serem intensas em um cenário de pobreza, nem todas as situações de exploração sexual estão ligadas a essa condição.

Ato cobra aprovação da Lei de Segurança Alimentar

A votação urgente da proposta de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, prevista em projeto de lei (PL 6.047/05), foi solicitada por representantes do governo, da sociedade civil, de entidades privadas e de organizações não-governamentais, além dos conselhos estaduais e nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O projeto, enviado pelo governo federal ao Congresso em outubro de 2005, foi acolhido na Câmara na última semana. Segundo Eduardo Suplicy (PT-SP), que representou os senadores no ato pela aprovação urgente da matéria no Senado, onde a pro-

posição será analisada pela CDH e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– Com a lei orgânica, podemos atingir mais cedo nossa meta de assegurar uma vida com dignidade e liberdade para todos os brasileiros – afirmou Suplicy.

O parlamentar recebeu das mãos de Maria Nakano, viúva do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, abaixo-assinado com cerca de 11.500 assinaturas em apoio à aprovação urgente do projeto.

As senadoras Ideli Salvatti (PT-SC) e Serys Slhessarenko (PT-MT) também compareceram ao evento.



Augusto Botelho (E), Azeredo, Mão Santa, Paim, Flávio Arns e Jonas Pinheiro em reunião na CAS

Maior controle sobre recolhimentos ao INSS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou em decisão terminativa, por unanimidade, projeto de lei do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que obriga as empresas a comunicar aos empregados, mensalmente, os valores recolhidos ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Pelo PLS 10/06, o INSS também deverá enviar às empresas e aos segurados, quando solicitado, o extrato relativo ao recolhimento das contribuições.

O relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), observou que a proposição contribui para que o recolhimento das contribuições se torne mais transparente. Ele afirmou que algumas empresas informam no contracheque de

seus funcionários o valor da contribuição devida ao INSS, mas, na realidade, não efetuam o recolhimento. Com essa iniciativa de Cristovam, essa prática poderá ser evitada.

A CAS ainda aprovou, em decisão terminativa, projeto de lei do senador Flávio Arns (PT-PR) que elimina a obrigatoriedade de renovação, a cada três anos, do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social para fins de isenção previdenciária.

Azeredo também foi relator desta proposta (PLS 20/05). Para o senador mineiro, a inscrição no Conselho de Assistência Social local e o registro e o certificado em nível federal são partes das exigências para o funcionamento de entidades filantrópicas e tam-

bém para que elas se habilitem a receber recursos públicos.

Outro projeto acolhido em caráter terminativo na CAS, da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), propõe tratamento isonômico entre as seguradas contribuintes individual, especial e facultativa.

Conforme proposta (PLS 529/03), para a concessão do salário-maternidade à segurada especial, é necessário comprovar exercício da atividade rural, mesmo que descontínuo, nos dez meses imediatamente anteriores à data do parto ou do atestado médico que recomendou o afastamento. De acordo com a legislação atual, essas trabalhadoras precisam comprovar 12 meses de atividade.

Direitos de carteiros e eletricitários

Com a assistência de representantes dos carteiros, a CAS acolheu projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que propõe a concessão de adicional de periculosidade à categoria. O PLS 82/03 altera o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e foi aprovado por unanimidade, em decisão terminativa.

O relator, senador Mão Santa (PMDB-PI), destacou que os carteiros trabalham em condições perigosas, pois estão frequentemente sujeitos a atropelamentos e a ataques de cães,

por exemplo, além de serem obrigados, em alguns casos, a atravessar rios e florestas para entregar correspondências. Ele disse ainda que a população em geral admira e respeita esse profissional.

A atividade de carteiro, lembrou o senador Leonel Pavan (PSDB-SC), é uma das mais antigas e, na sua opinião, das mais importantes. De acordo com Pavan, em razão da CPI mista que investigou denúncias de corrupção nos Correios, muitos carteiros confessaram sentirem-

se envergonhados pelo envolvimento daquela tradicional instituição em escândalos.

Os eletricitários também poderão ser beneficiados com adicional de periculosidade, conforme outra proposta de Paulo Paim aprovada por unanimidade na CAS, em decisão terminativa. O PLS 170/05 teve a relatoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

– Os projetos não inovam, apenas consagram o direito de quem trabalha em atividade de risco – assinalou Paim.

Técnicos em química terão piso salarial

Técnicos de nível médio inscritos nos conselhos regionais de Química poderão também ter piso salarial, de acordo com emenda de Plenário apresentada pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) e aprovada pela CAS na semana passada.

A alteração inclui os técnicos em química como beneficiários do PLS 227/05, que estende o piso salarial aos de nível médio regularmente inscritos nos conselhos regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea).

A emenda de Virgílio sugeria ainda fixar o piso em R\$ 1.155, retroativos a 1º de abril deste ano. O relator, senador Paulo Paim (PT-RS), concordou com a emenda, mas retirou o valor nominal. Para ele, se fosse estipulado um valor explícito, o salário da categoria

poderia ficar “engessado”.

A CAS acolheu ainda, por unanimidade e em decisão terminativa, substitutivo do senador Flávio Arns (PT-PR) a projeto do senador Paulo Paim que regulamenta o exercício da profissão de ortoptista – profissional com graduação em ortóptica, habilitado à pesquisa, à prevenção e, mediante prescrição médica, ao diagnóstico e tratamento de distúrbios óculo-sensório-motores.

Arns informou que o PLS 139/03 foi amplamente discutido em audiências públicas e que os debates com especialistas da área e representantes do Conselho

Federal de Medicina contribuíram para que houvesse consenso em relação ao texto final.

O presidente da CAS, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), ressaltou que, por falta de regulamentação, atualmente o mercado de ortóptica está invadido por amadores e curiosos, pessoas de nível médio, com noções primárias de ciência.

Ao encerrar a reunião, Flávio Arns sugeriu que o Senado parabenize oficialmente a Rede Bandeirantes de Televisão pela exibição de programa sobre o trabalho das associações de Pais e Amigos de Excepcionais (Apaes).

Regulamentação da profissão de ortoptista também foi aprovada

COMISSÕES

Indicado para a ANP prega auto-suficiência

Em exposição antes da votação secreta que aprovou seu nome, por unanimidade, para integrar a diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o engenheiro Nelson Narciso Filho defendeu na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) a necessidade de o país atingir rapidamente a auto-suficiência energética. Por “responsabilidade cívica”, conforme disse, não se pode “desprezar” a crescente dependência brasileira em relação ao gás natural importado.

– Um país com quase 200 milhões de habitantes e economia tão complexa não pode ficar submetido a alternativas ameaçadoras de nossa auto-suficiência energética – disse.

Narciso Filho, que terá seu nome submetido ao Plenário, referia-se ao quadro de insegurança determinado pela decisão da Bolívia de nacionalizar a exploração e refino de combustíveis. Entre outros investimentos no país, a Petrobras investiu mais de US\$ 1 bilhão no gasoduto que leva gás boliviano até a região Sudeste, com compromisso de compras de cerca de US\$ 30 milhões por ano.

A preocupação com a depen-

dência do gás boliviano também foi manifestada pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que sugeriu a elaboração de um plano para que o Brasil chegue à auto-suficiência.

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), lembrou que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em recente visita à Bolívia, deixou claro que o Brasil

“não engoliu” a maneira como foi feita a nacionalização das reservas bolivianas.

Narciso Filho citou como boa iniciativa a decisão da ANP de estimular no país um segmento de exploração centrado em pequenas e médias empresas. A elas serão repassados lotes cujas reservas foram consideradas pequenas pela Petrobras. Romero Jucá (PMDB-RR) manifestou apoio à decisão da ANP.

Engenheiro afirma responsabilidade étnica

Pós-graduado em Administração Industrial e Engenharia



Narciso Filho destaca a exploração de reservas por pequenas e médias empresas

Econômica, Narciso Filho fez referências à sua condição de negro, de origem humilde. Esses dados, afirmou, servem de estímulo para que tome como responsabilidade “étnica e ética” difundir a importância do estudo e da perseverança.

A indicação de Narciso Filho foi relatada por Luiz Otávio (PMDB-PA) e apresentada na reunião por Roberto Saturnino (PT-RJ).

Ney Suassuna (PMDB-PB) salientou as qualidades do indicado e Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) pediu prioridade para o gasoduto Urucu-Porto Velho.

Investimentos em novas fontes energéticas

Ao acompanhar reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) que aprovou a indicação de novo diretor para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o presidente da agência, Haroldo Lima, informou que foi finalizado recentemente plano que prevê investimentos anuais de R\$ 200 milhões em pesquisas de novas fontes energéticas, ao longo de dez anos.

Haroldo Lima lamentou que o governo venha freqüentemente determinando o contingenciamento de recursos orçamentários

da ANP.

A agência responde, entre outras funções, pela pesquisa de novas reservas de petróleo e gás. Haroldo Lima adiantou que vai procurar o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para apresentar o plano decenal de investimentos. Sua expectativa, relatou, é de que ao menos a previsão de investimentos anuais seja assegurada.

– Estamos desejosos de procurar o ministro Mantega para expor o plano e ter a garantia de que pelo menos os R\$ 200 milhões não sejam contingencia-

dos. Não fazer pesquisa significa dar um tiro no pé. Sem pesquisa não se consegue fazer exploração e leilões com segurança – argumentou.

O presidente da ANP explicou que, por falta de medição precisa, até mesmo os lotes de áreas de extração são levados a leilão por valores abaixo do que poderiam alcançar. Isso porque, afirmou ele, em razão da incerteza sobre o potencial das áreas, o órgão fica sem condições de ampliar o valor do bônus cobrado às empresas participantes das licitações.

Prevenção da gripe aviária será debatida em audiência pública

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou requerimento de Jonas Pinheiro (PFL-MT) que determina a realização de audiência pública para discutir o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária, a gripe aviária.

O debate terá como convidado o vice-presidente da União Brasileira de Avicultura (UBA), Ariel Antônio Mendes, que deverá analisar o plano de prevenção do governo e a adesão dos estados ao programa de regionalização do combate a doenças. Jonas Pinheiro defendeu a regionalização da prevenção, a fim de facilitar o combate à gripe aviária, caso a doença chegue ao Brasil.

A CRA acolheu ainda parecer favorável de Jonas Pinheiro a projeto do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) permitindo que áreas de reserva permanente (como margens de rios) sejam computadas como parte do cálculo das áreas de reserva legal das propriedades rurais.

Jonas explicou que existe uma medida provisó-

ria em vigor com o mesmo teor do projeto e que, assim, a aprovação da proposta de Alvaro Dias (PLS 158/02) estaria revalidando a determinação da MP. A matéria terá decisão terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Também foi aprovado substitutivo de Alvaro Dias a projeto de Heloísa Helena (PSOL-AL) que corrige cálculos de financiamento rurais (PLS 231/03). A proposta terá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Durante a discussão da matéria, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) sugeriu que todas as propostas de refinanciamento de dívida de produtores rurais sejam examinadas em conjunto.

O presidente da comissão, Sérgio Guerra (PSDB-PE), destacou que aguarda deliberação no Senado da medida provisória (MP) que trata do refinanciamento de dívidas rurais de propriedades localizadas no semi-árido.

Apelo aos estados para que paguem à Varig

O grupo de trabalho criado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), com o objetivo de discutir soluções para a crise financeira da Varig, vai pedir que os 25 estados brasileiros que devem à empresa quitem uma dívida de R\$ 1,4 bilhão. A decisão foi tomada por senadores, deputados e representantes da Varig e instituições ligadas à empresa em reunião realizada a portas fechadas na quinta-feira. Os governadores e secretários estaduais de Fazenda convidados para a discussão não compareceram.

Segundo Paulo Paim (PT-RS), com a quitação da dívida dos estados, a Varig teria dinheiro em caixa que lhe daria lastro financeiro para obter empréstimo emergencial de US\$ 50 milhões junto ao Banco do Brasil e ao Banco

30% ou até mesmo em papéis negociados no mercado, para que a Varig possa conseguir o empréstimo emergencial.

Também a dívida da Varig com empresas norte-americanas de *leasing* de aeronaves foi discutida na reunião. Para Jefferson Péres (PDT-AM), a situação é grave e requer intervenção do governo brasileiro junto às autoridades americanas.

– A participação do governo federal, agora, é vital. Se ele não intervier, pelo menos para tentar convencer a Justiça americana, até o dia 31, a prorrogar o prazo para pagamento da dívida, a Varig acaba – enfatizou.

Quitação de dívidas daria lastro para empresa obter empréstimo

Conforme Jefferson, com a quitação das dívidas pelos estados, ficará mais fácil obter o empréstimo e convencer a Justiça americana

a prorrogar o prazo para pagamento dos débitos junto a empresas daquele país.

De acordo com o comandante Márcio Marsillac, coordenador da associação Trabalhadores do Grupo Varig (TGV), um dos credores da empresa, o momento é próprio para implementar ações para que a Varig possa sobreviver até o leilão.

– Precisamos é de um somatório de ações dos governos estaduais, da União e dos trabalhadores e demais atores, para colocar a Varig em condições para o leilão que vai ocorrer entre 30 e 60 dias – afirmou.

A próxima reunião do grupo de trabalho da CI ficou marcada para esta segunda-feira.

Esforço para manter empresa no ar até o dia do seu leilão

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realizou na terça-feira audiência secreta para definir medidas emergenciais para manter a Varig em operação até a realização de seu leilão. Além de deputados e senadores, estiveram presentes à reunião representantes da Varig, de estatais e consultores que estão cuidando da recuperação financeira da companhia.

Após a abertura pelo presidente da CI, Heráclito Fortes (PFL-PI), a sessão prosseguiu em caráter reservado sob a coordenação de Paulo Paim (PT-RS) e de Jefferson Péres (PDT-AM).

Durante o encontro, foi discutida a tomada de empréstimo, pela empresa, de US\$ 50 milhões junto ao Banco do Brasil ou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para pagamento de dívidas da Varig para com empresas norte-americanas de *leasing* de aeronaves.

Os participantes debateram ainda a possibilidade de algumas empresas públicas, como



Paim anuncia projeto que autoriza estatal a transformar em ação crédito contra a Varig

a Infraero, transformarem seus créditos contra a Varig em ações. Com relação a essa proposta, Paim anunciou a apresentação ao Plenário da Casa de projeto de decreto legislativo autorizando estatais credoras da Varig a realizarem a operação.

Também foi discutida a composição de créditos por estados que tenham causas transitadas em julgado em favor da Varig.

Participaram da reunião Adenauer Nunes, diretor financeiro da Infraero; Pedro Caldas Pereira, gerente-executivo de Produtos de Aviação da Petrobras; Marcelo Bottini, presidente da Varig; tenente-brigadeiro José Carlos Pereira, presidente da Infraero; e Marcelo Gomes, representante da Alvarez e Marsal.

ELEIÇÕES TSE acatou a maior parte da minirreforma eleitoral, mas vetou impedimento a divulgação de pesquisa

Novas regras já valem para outubro

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu, na terça-feira, que já se aplica em 2006 a maioria das regras eleitorais introduzidas pela Lei 11.300/06 (a chamada minirreforma eleitoral), aprovada pelo Congresso em abril. Foi, porém, considerado inconstitucional, pelo TSE, o artigo dessa lei que proibia a divulgação de pesquisas nos 15 dias que antecedem a eleição de outubro.

A proibição de showmícios, de distribuição de brindes e de propagandas em *outdoors* e a obrigação de prestar contas das campanhas eleitorais pela

internet foram mantidas pelo TSE. Com o julgamento do tribunal, além da distribuição de bonés, camisetas, chaveiros e cestas básicas, está proibido ainda qualquer tipo de doação ao eleitor por parte de partidos e candidatos.

Doação em dinheiro por pessoas físicas para candidatos também está vedada pela lei, proibição mantida pela decisão do TSE. A fixação de um teto para os gastos com campanhas eleitorais foi considerada inaplicável para as eleições de 2006.

O tribunal manteve o artigo da lei que responsabiliza o

candidato pela administração financeira de sua campanha, juntamente com a pessoa designada por ele para essa função. Todos os recursos financeiros destinados à campanha devem ser depositados em conta aberta para esse fim. O abuso de poder econômico será punido com a perda do registro da candidatura ou do diploma.

A proibição de doações feitas por entidades beneficentes e religiosas também foi mantida. O mesmo ocorre com as doações de entidades esportivas, de todas as organizações não-governamentais que recebam re-

ursos públicos e organizações da sociedade civil de interesse público.

Entre os dispositivos da lei considerados inaplicáveis, está o que estabelece que a representação de cada partido na Câmara dos Deputados será resultante da eleição. Com essa decisão, fica mantida a legislação vigente segundo a qual a representação válida é aquela existente no início da legislatura. A regra serve para garantir à legenda o direito à propaganda partidária gratuita em cadeia nacional de rádio e televisão.



Decisão foi tomada pelo TSE, presidido por Marco Aurélio Mello

VALTER CAMPANATO/ABR

Para Renan, decisão do TSE democratiza eleições

O presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiou as determinações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em relação às mudanças nas regras para as eleições de outubro.

Ele assinalou que o TSE democratizou as eleições e garantiu mais igualdade de oportunidades.

Renan disse considerar positivo todo aperfeiçoamento do processo institucional, político e eleitoral, acrescentando que esse aperfeiçoamento tem que ser permanente e continuado.

Com relação à Operação Sanguessuga, que investigou esquema de compra superfaturada de ambulâncias, o presidente do Senado lembrou que o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, defendeu a agilização da investigação para “separar o joio do trigo” e enviar ao Congresso os nomes dos parlamentares que estão realmente envolvidos com os



Renan considera positivo esforço de aperfeiçoamento institucional e político

crimes apurados.

O procurador teria argumentado que a superposição de investigações, com a instalação de uma CPI no Congresso, neste momento, poderia atrasar o processo.

Renan e o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, estiveram na Procuradoria Geral da República para discutir o assunto com o procurador.

Alvaro defende lei que limita despesas

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) condenou declarações do presidente da República criticando a legislação eleitoral por restringir liberações de recursos da União destinadas a estados e municípios. Ao discordar do presidente, o senador afirmou que “a legislação é necessária exatamente para impedir que governos irresponsáveis ou desorganizados comprometam o futuro da administração”.

Alvaro Dias, líder do Bloco da Minoria, destacou ainda outra lei – a de Responsabilidade

Fiscal – que, assinalou, “foi criada para impedir desmandos administrativos, e cujo rigor, especialmente em ano eleitoral, é imprescindível”.

– Não se pode justificar incompetência administrativa com uma legislação competente e adequada – declarou.

Alvaro argumentou que, “na verdade, não é por causa da legislação que o governo federal deixa de fazer os investimentos necessários”. Como exemplo, lembrou os gastos feitos no ano passado, quando não foram

realizadas eleições e, portanto, não houve essa restrição legal. Segundo ele, entre janeiro e dezembro de 2005, o governo federal empenhou R\$ 15,1 bilhões para investimentos, “mas pagou apenas R\$ 5,1 bilhões”.

O parlamentar mencionou ainda o caso de diversos ministérios, como o da Saúde, que teria recebido até 28 de dezembro último apenas 8,65% da dotação autorizada, e o da Agricultura, ao qual teria sido liberada somente 16,5% da dotação autorizada.

Senadores criticam gastos do governo

César Borges (PFL-BA) criticou o presidente Lula por querer “aproveitar até o último momento para fazer campanha à custa do erário”. O senador contestou declarações em que o presidente acusa os políticos de não “gostarem de pobres” e de “torcerem para dar tudo errado para voltarem ao poder”.

Ele classificou as afirmações como “transferência de responsabilidade” e lembrou que,

nos últimos três anos, o país pagou R\$ 160 bilhões de juros “à banca internacional e nacional”, o crescimento do país “foi insignificante” e a capacidade de investimento decresceu.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) anunciou que requereu ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal informações sobre a distribuição de R\$ 890 milhões aprovados pelo Congresso para

o Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social.

O fim da reeleição foi defendida por Alvaro Dias (PSDB-PR). Para ele, o candidato que tenta a reeleição leva vantagem, e citou reportagem de *O Estado de S. Paulo* segundo a qual Lula teria percorrido 63 mil quilômetros em 2006, a um custo de R\$ 4 milhões – mais do que o dobro do que foi declarado pelo PT na campanha de 2002.

PFL indica José Jorge para vice de Geraldo Alckmin

O PFL resolveu indicar o senador José Jorge (PE) como candidato a vice-presidente da República na chapa do ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB). Ele disputou com o líder do partido no Senado, José Agripino, que deixou o encontro disposto a garantir a unidade do partido.

– Gostaria de ter ganho, mas o partido resolveu por um caminho diferente, que respeito e vou aplaudir. Vou defender com unhas e dentes a unidade do PFL – afirmou.

Antes da escolha, ambos acertaram que quem pedesse

aceitaria a decisão. José Jorge recebeu 51 votos, contra 45 para Agripino. Para o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), a atitude de Agripino foi “uma demonstração de espírito de apego à organização partidária”. Tião Viana (PT-AC) destacou a “responsabilidade política” demonstrada pelo colega potiguar. Já Ideli Salvatti (PT-SC) considerou que a disputa denotou “respeito, admiração e reconhecimento” por parte dos correligionários, enquanto Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimentou o PFL pela indicação de José Jorge.

NOVO LÍDER - Romero Jucá (PMDB-RR) é o novo líder do governo no Senado. O parlamentar, que até então era o vice-líder do governo, substituiu o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que deve se candidatar ao governo de São Paulo. O novo líder também já ocupou o cargo de ministro da Previdência Social neste governo. No Plenário da Casa, diversos senadores saudaram a escolha de Romero Jucá e elogiaram a atuação de Aloizio Mercadante na liderança.

Simon se diz desapontado com rumos do PMDB

Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou em Plenário desapontamento com os rumos que seu partido está tomando. O senador afirmou que o PMDB age de modo incorreto ao adiar sua convenção nacional para o dia 29 de junho, o que, para ele, dificulta as decisões das convenções estaduais. Simon sustentou que é provável que recorra ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra a decisão partidária.

O parlamentar gaúcho declarou a intenção de que seus discursos na tribuna do Senado sirvam para futuras análises históricas, ao demonstrar o distanciamento do PMDB de seu papel histórico como condutor do processo de redemocratização do país, na época da ditadura militar – com nomes do porte de Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Mário Covas, Chico Pinto e dele próprio, Pedro Simon – e o PMDB de hoje.

– Hoje estamos vivendo a plenitude democrática. Mas o velho PMDB, que destino trágico o nosso! – desabafou Simon.

Ele disse acreditar que o melhor nome do partido continua sendo o do ex-presidente Itamar Franco. – Quando compusemos nossa chapa [com seu nome à frente e Anthony Garotinho como vice], afirmamos que era para garantir que o PMDB vai ter candidato, mas não significa que tenhamos que mantê-la até o fim – observou.

Cristovam comemora aniversário do PDT e recorda Getúlio

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) parabenizou em Plenário o PDT pela passagem do aniversário do partido, comemorado no último dia 12. Na ocasião, o parlamentar disse que a legenda deve muito ao ex-presidente Getúlio Vargas, responsável, segundo Cristovam, por duas grandes mudanças no Brasil: a transformação de um país rural numa nação industrial e de um país que tratava sindicalismo como uma questão de polícia para um país onde essa questão passou a ser da sociedade.

– Esses foram dois saltos fundamentais dados pelo velho PTB, que é a matriz do PDT. O senador lembrou ainda que o PDT já previa, na sua constituição, por meio da Carta de Lisboa, que o fundamental não é a igualdade, mas, sim, o fim da exclusão e das necessidades essenciais.

– O que a gente tem de garantir é que todos tenham igualdade de oportunidades – destacou. Cristovam salientou ainda que o PDT sempre viu a educação como um dos caminhos para se atingir esse objetivo. O senador aproveitou a ocasião para elogiar discurso em que o presidente Lula afirmou que a educação básica é o caminho para se acabar com muitos problemas.

CRISE ÉTICA CPI dos Bingos também ouve empresários do setor e aprova quebra de sigilo do presidente do IBDS

Ex-mulher de Buratti depõe na terça

A CPI dos Bingos tem três depoimentos agendados para esta semana. Na terça-feira, está confirmada a presença de Elza Gonçalves Buratti, ex-esposa de Rogério Buratti, acusado de cobrar propina de empresas de Ribeirão Preto (SP) para formação de caixa dois que seria usado em campanhas do Partido dos Trabalhadores.

Elza deverá ser ouvida logo após reunião administrativa da CPI, marcada para as 11h. A secretaria da comissão informou que nessa reunião de terça-feira novos requerimentos poderão

ser votados, como os que pedem a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal de Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, e de Sílvio Pereira, ex-secretário-geral do partido.

Nesta quarta-feira, às 11h, a CPI deve colher depoimentos de dois empresários ligados à área de jogos: Jair da Ressurreição Paula e José Renato Granado.

A reunião da comissão parlamentar de inquérito, presidida pelo senador Efraim Morais (PFL-PB), estava marcada para quarta-feira passada mas não aconteceu. Os dois convidados

para depor, os portugueses José Paulo Figueiredo e Arthur José de Oliveira, não se encontravam no país. Eles também são ligados ao setor de jogos de bingo.

Convocação de Daniel Dantas foi rejeitada

Além de ouvir Delúbio Soares (veja matéria abaixo), a CPI rejeitou na terça-feira pedido de novo depoimento do empresário Marcos Valério, que foi citado, em entrevista de Sílvio Pereira ao jornal *O Globo*, como idealizador de um esquema que visaria arrecadar R\$ 1 bilhão para o PT.

Foi rejeitada ainda a convocação do dono do banco Opportunity, Daniel Dantas. Em entrevista à revista *Veja*, Dantas disse ter sido vítima de tentativa de extorsão pelo PT. Os governistas defenderam a investigação das denúncias em outras instâncias do Congresso.

A CPI aprovou pedido de transferência de sigilos do presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (IBDS), Fábio Rolim. O relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), vê ligação do instituto com renovação do contrato entre a GTech e a Caixa.



Na CPI dos Bingos, Delúbio disse que contava com delegação política de dirigentes do PT

CCJ vai ouvir Daniel Dantas, Verônica Dantas e Gustavo Marin

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai realizar, no dia 7 de junho, audiência pública para ouvir o banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity, com vistas a esclarecer reportagem publicada pela revista *Veja*, na qual ele afirma ter um dossiê com nomes de autoridades do governo que teriam contas em paraísos fiscais. O requerimento para a convocação de Dantas é de autoria dos líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do PFL, José Agripino (RN).

A CCJ também convoca para falar na comissão a irmã de Daniel Dantas, Verônica Dan-

tas, e o presidente do Citibank, Gustavo Marin. José Agripino explicou à Agência Senado que o requerimento visa esclarecer todas as questões relacionadas na reportagem de *Veja*.

Romeu Tuma (PFL-SP) leu da tribuna, na terça-feira, carta de Dantas na qual o empresário nega a versão publicada pela revista de que teria passado informações sobre a existência de contas no exterior em nome de políticos, entre eles, o senador paulista. Tuma lamentou ter sido rejeitado pela CPI dos Bingos requerimento de sua autoria para a convocação do banqueiro.

Delúbio assume autorização de empréstimos

O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares afirmou que é dele a responsabilidade pelos empréstimos feitos por Marcos Valério em nome do partido, que passaram de R\$ 55 milhões. Ele teria autorizado o empresário a realizar esses empréstimos, porque tinha “delegação política” de dirigentes petistas para cuidar da “administração econômico-financeira do PT”. Delúbio fez essas declarações durante depoimento na CPI dos Bingos, na terça-feira passada.

– Acima de Delúbio no Diretório do PT, só José Dirceu e Lula para tomar essa decisão. Então essa delegação política partiu daí – disse o presidente da comissão, Efraim Morais (PFL-PB).

Ao líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), Delúbio in-

formou que a prestação de contas do partido ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) era responsabilidade dele e de José Dirceu, então presidente do PT.

– Nunca discuti com Lula problemas sobre arrecadação para o partido – garantiu.

Delúbio negou que tenha sido um dos principais articuladores para que o PT e Marcos Valério arrecadassem R\$ 1 bilhão por meio de esquemas ilegais, como disse o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira em recente entrevista ao jornal *O Globo*.

O ex-tesoureiro foi questionado pelo relator, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), se ele não ficara espantado diante da grande movimentação financeira registrada no chamado valerioduto. Delúbio então voltou a informar

que os recursos foram obtidos em vários empréstimos do PT com bancos e com Marcos Valério.

Em resposta a Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Delúbio confirmou que Paulo Okamoto pagou dívidas de Lula com o partido. O depoente explicou que, em 2002, o então recém-eleito Lula nomeou Okamoto para tratar de sua demissão do PT e de saldar dívidas com o partido.

Em relação ao banqueiro Daniel Dantas, o depoente disse que nunca houve pedido de R\$ 40 milhões ao banco Opportunity, conforme denúncias perante tribunal nos Estados Unidos – onde Dantas responde a processo.

Ao senador Magno Malta (PL-ES), Delúbio afirmou que o PT nunca recebeu dinheiro de casas de bingo.

Procuradoria Geral investigará “sanguessugas”

A Procuradoria Geral da República vai apurar os fatos relacionados à Operação Sanguessuga da Polícia Federal (PF). A decisão foi tomada em reunião na quarta-feira, com a participação dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo; os corregedores das duas Casas, senador Romeu Tuma (PFL-SP) e deputado Ciro Nogueira (PP-PI); e o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza.

O esquema descoberto pela PF indica fraude em licitações e na compra de ambulâncias por prefeituras, com recursos do Orçamento garantidos por emendas parlamentares. Ao deixar a reunião, Renan disse que mais lógico do que conduzir essa investigação por meio de comissão parlamentar de inquérito é continuar o trabalho que vem sendo feito pela Procuradoria Geral da República. Se for constatado o envolvimento de parlamentares, aí sim a procuradoria enviará ao Congresso os resultados das investigações para as providências que cabem ao Legislativo.

– Nós conversamos com o procurador, que, com a maior responsabilidade possível, está investigando, fazendo as perícias e vai nos informar, passo a passo,

sobre a investigação, de modo a criar condições para que possamos punir exemplarmente. Nós viemos conversar sobre o que fazer para não haver superposição e para que tenhamos uma rápida investigação – explicou o presidente do Senado.

Renan afirmou ainda que as investigações políticas, como as realizadas em CPIs, geralmente se processam quando há pressão para que nada venha à tona.

– Mas não é esse o caso. O que foi denunciado sobejamente está sendo investigado. O Congresso não está lavando as mãos. O Congresso foi informado de algumas investigações que estão em

curso e recebeu informações que não são suficientes para formação de culpa. Vamos aguardar a procuradoria – reiterou.

Renan também esclareceu que o Ministério Público não demorará em sua ação. Isso porque o procurador-geral disse que, em até duas semanas, a procuradoria enviará o resultado de suas investigações ao Legislativo. No caso de envolvimento de parlamentares, as corregedorias das duas Casas formalizarão os processos contra os indiciados perante os conselhos de Ética e Decoro Parlamentar do Legislativo.



Renan (D), ao lado de Aldo e Tuma, relata encontro com o procurador-geral da República

Quadrilha pode ter vendido mil ambulâncias

A Polícia Federal (PF), por meio da Operação Sanguessuga, desmontou no começo de maio uma quadrilha que fraudava a venda de ambulâncias para prefeituras de diversos municípios. O esquema era chefiado pela família Trevisan Vedoin, em Mato Grosso, e tinha membros infiltrados na Câmara dos Deputados, no Ministério da Saúde e na associação de municípios mato-grossenses.

Agia da seguinte forma: numa conversa com o prefeito, um intermediário da quadrilha dizia que poderia entregar uma ambulância completa, sem

burocracia e mais rapidamente do que ele conseguiria pelos trâmites normais.

Com a concordância do prefeito, a quadrilha acionava assessores de parlamentares que preparavam emendas liberando recursos para compra de ambulâncias. Com a aprovação das emendas, a assessora do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino teria então a incumbência de aprovar o convênio e facilitar a liberação do recurso. Cada intermediário recebia propina.

Caberia à empresa Planam, da família Trevisan Vedoin, fornecer as ambulâncias. A

empresa superfaturava em até 110% a operação e entregava a ambulância sem os equipamentos necessários. A quadrilha teria entregue mil veículos e movimentado R\$ 110 milhões desde 2001.

A Polícia Federal iniciou as investigações em 2004, a partir de denúncia da Controladoria Geral da União. Com o auxílio da Receita Federal, identificou 22 empresas fantasmas. Sessenta pessoas tiveram seus sigilos quebrados, com autorização da Justiça. Com base nessas informações, foram presos 44 suspeitos.

CPI DOS BINGOS

Relatório pode pedir 50 indiciamentos

Garibaldi Alves



Quase um ano depois de criada, a CPI dos Bingos entra na fase decisiva e se prepara para votar o relatório final. O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), relator da comissão, diz que está “fazendo um esforço” para entregar o texto no dia 7 de junho e adianta que poderá pedir o indiciamento de até 50 pessoas. Segundo ele, o senador Efraim Morais (PFL-PB), presidente da comissão, também está empenhado em concluir as investigações. A comissão foi apelidada pela imprensa de CPI do Fim do Mundo, porque teria abraçado muitas linhas diferentes de investigação, algumas das quais não teriam nenhuma relação com seu objeto inicial: as irregularidades

É possível afirmar que pelo menos uma parcela dos bingos tem envolvimento com o crime organizado?

Nós temos informações na CPI sobre a utilização do dinheiro do jogo de bingo para a formação de recursos para caixa dois em campanhas políticas. Há informações que comprometem bingueiros não apenas brasileiros, mas até mesmo angolanos. Nós sabemos que tudo isso precisa ser ainda mais aprofundado. Daí por que nós vamos entregar ao Ministério Público um pedido de aprofundamento dessas investigações.

Quantas pessoas podem ter seu indiciamento pedido pela CPI?

Já foi aprovado o pedido de indiciamento de 35 pessoas no caso do contrato da GTech com a Caixa Econômica Federal (para fornecimento de serviço de gerenciamento de loterias). Também podem ser indiciadas cinco pessoas no caso Santo André, mais cinco no caso de Ribeirão Preto. Não posso dizer o número exato porque o relatório não está concluído, mas poderá chegar a 50.

Nos casos das CPIs dos Correios e do Mensalão, muitos dos envolvidos foram absolvidos pelo Congresso e ninguém foi preso. O senhor tem expectativa de punição rigorosa para os envolvidos com irregularidades relacionadas aos bingos?

Temos que assinalar uma diferença com relação às outras duas CPIs. No nosso caso, não temos envolvimento de parlamentares. Temos o envolvimento de funcionários públicos, de ocupantes de cargos em comissão, de ministros. Mas não temos de parlamentares. Vamos encaminhar tudo para o Ministério Público. Não vamos enviar para nenhuma instância interna do Poder Legislativo.

Em sua opinião, por que personagens centrais em toda esses escândalos, como Waldomiro Diniz, Rogério Buratti (assessor de Antonio Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto) e o empresário Marcos Valério, acusados de vários crimes, não foram presos?

A CPI, a não ser em casos de absoluto desrespeito, não prende ninguém. Quem determina a prisão é a Justiça. A CPI tem poder de polícia, mas esse poder é exercido com muita moderação. Fora do âmbito das CPIs,



JOSÉ CRUZ

Garibaldi defende entrega até o dia 7 do relatório final, que deverá incluir sugestão de referendo sobre bingos

esses personagens foram denunciados pelo Ministério Público. Mas a prisão, é claro, depende de condenação pela Justiça. A não ser em casos em que ocorrem fatos como a ocultação de provas, que pedem uma prisão preventiva.

Isto significa que ocorreu algo que poderia justificar a prisão do Marcos Valério quando a polícia descobriu, no ano passado, documentos de sua agência de publicidade que tinham sido queimados.

É, eu acredito que ele até poderia estar preso, mas aparentemente não houve tanto rigor da Justiça nesse caso.

“Vamos enviar tudo ao MP, para que aprofunde as investigações”

Senadores da base governista disseram várias vezes que a CPI dos Bingos estava perdendo o foco ao investigar assuntos que não são diretamente relacionados aos bingos. O senhor diria que essa abrangência torna mais complexa a elaboração de um relatório com as conclusões finais da comissão?

Torna, sim. Porque o que aconteceu conosco foi que, apurando, não tivemos condições de deter nossas investigações, de paralisá-las. E elas tinham desdobramentos, conexões. Por exemplo, apurávamos o uso indevido de dinheiro dos bingos, então surgiam casos de dinheiro recolhido

envolvendo casas de jogos. Mas Garibaldi defende a tese de que foram investigados crimes conexos. Por isso, afirma, ele estuda pedir, por exemplo, o indiciamento do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, que teria pago dívida do presidente Lula com recursos, segundo a CPI, de origem ainda não conhecida. Pode também ser solicitado o indiciamento do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, investigado por irregularidades que teriam sido cometidas durante sua gestão à frente da prefeitura do município de Ribeirão Preto (SP).

Garibaldi deve ainda propor em seu relatório final a realização de referendo para consultar a população sobre a legalização das casas de bingo.

de empresas de lixo (como ocorreu em Ribeirão Preto) ou de transporte (em Santo André), de lavagem desses recursos. Nós nos baseamos muito nessa teoria dos fatos conexos. Mas não nos detivemos em cada um deles, porque o trabalho precisava prosseguir, tinha prazo para terminar, e a sociedade não iria entender se não o concluíssemos.

“O que aconteceu foi que tivemos de apurar crimes conexos”

O senhor acredita que a CPI precisaria de mais tempo para aprofundar as investigações? Por exemplo, em relação às informações dadas pelo ex-secretário do PT Sílvio Pereira em entrevista ao jornal O Globo.

Acho que nós devemos terminar os trabalhos, apresentar o relatório. Queremos apresentar o relatório no dia 7 de junho. Nós não vamos ter condições de aprofundar o que vier depois. Vamos mandar para o Ministério Público. Estou fazendo um esforço, juntamente com a equipe, e o presidente Efraim também está empenhado em terminar dentro desse prazo. No caso da entrevista do Sílvio Pereira, ela até trouxe algumas novidades, mas elas não se reproduziram no depoimento dele aqui no Congresso.

O clima de confronto entre governo e oposição atrapalhou o andamento da CPI?

Eu não tenho essa visão negativa, não. Também não quero dizer que não houve, aqui e acolá, esse confronto. Mas não acho que chegou a

prejudicar o andamento dos trabalhos da comissão, a não ser nas ocasiões em que nos impediu de votar as matérias.

Como foi a sintonia entre o senhor e o senador Efraim?

Foi excelente! Tivemos um entendimento perfeito e isso foi muito positivo para a comissão.

Qual foi o momento mais dramático que o senhor presenciou nesses meses de trabalho na CPI?

Tivemos alguns fatos deploráveis, mas as acareações foram momentos que marcaram a gente. A mais chocante foi aquela de que participaram diretores da GTech e Rogério Buratti. Chocou pela degradação das pessoas envolvidas, se jogando umas contras as outras, se agredindo.

O senhor é favorável à legalização dos bingos?

Meu ponto de vista é que devemos regulamentar os bingos. Mas estou pensando em propor no relatório final a realização de um referendo para consultar a população sobre o assunto e que a fiscalização em cima do setor seja rigorosa.

PLENÁRIO

FOTOS: GERALDO IMAGELA



Por maioria absoluta, nome da nova ministra do Supremo Tribunal Federal foi aprovado pelo Plenário

Plenário confirma Cármen Lúcia no STF

O Senado aprovou por maioria absoluta a indicação do nome da procuradora mineira Cármen Lúcia Antunes Rocha para ministra do Supremo Tribunal Federal (STF). Reconhecida como uma das principais juristas do país na atualidade, Cármen Lúcia será a segunda mulher a integrar a mais alta corte do país, que é presidida atualmente pela primeira mulher da história do tribunal, Ellen Gracie.

Cármen Lúcia ocupará a vaga deixada pelo ministro Nelson Jobim e será nomeada pelo presidente da República, Luiz Inácio

Lula da Silva, e tomará posse em sessão solene do Supremo Tribunal Federal.

O Plenário referendou a aprovação da indicação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde a advogada foi sabatinada no dia 17. Na ocasião, Cármen Lúcia afirmou que seu maior compromisso no cargo será lutar pela aplicação prática das leis, a começar pela própria Constituição, que, a seu ver, “não pode mais continuar existindo apenas como uma peça textual”.

– Somos um povo que dispõe

de ótimas leis. Somos capazes de preparar as melhores leis de que se tem conhecimento. No entanto, nem sempre somos capazes de aplicar as leis que temos – afirmou Cármen Lúcia na CCJ.

Doutora em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo, mestre e graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais, onde é professora titular de Direito Constitucional, a próxima ministra do STF já foi procuradora-geral do estado e é autora e coordenadora de inúmeras obras jurídicas.

Cinco novos embaixadores aprovados pelos senadores

Na mesma sessão da quarta-feira passada, o Plenário ratificou cinco indicações do presidente da República para o cargo de embaixador, entre elas a do diplomata Frederico Cezar de Araújo para a Bolívia, país com o qual o Brasil está enfrentando uma crise diplomática devido à decisão do governo boliviano, no dia 1º de maio passado, de estatizar as jazidas de petróleo e de gás, o que afetou interesses brasileiros naquele país. A indicação do diplomata foi aprovada por 41 votos favoráveis e 3 contrários.

O Plenário também acolheu, por 37 votos a favor e 6 contra, a indicação de Antonino Marques Porto e Santos para o cargo de embaixador no Equador. José Eduardo Martins Felício recebeu 36 votos favoráveis e 8 contrários e teve o nome confirmado para comandar a missão brasileira no Uruguai. Mário Vilalva será o novo embaixador no Chile; ele recebeu 41 votos a favor e 6 contrários.

Finalmente, Eduardo dos Santos teve 37 votos a favor, 3 contra e 1 abstenção e será embaixador na Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Senado acolhe nomes de dois ministros para STJ

Por maioria absoluta, as indicações dos desembargadores Humberto Eustáquio Martins, do Tribunal de Justiça de Alagoas, e Massami Uyeda, do Tribunal de Justiça de São Paulo, foram aprovadas pelo Plenário do Senado para integrarem o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Os novos ministros serão nomeados pelo presidente da República e foram escolhidos para o STJ, na cota destinada a membros de tribunais de Justiça, nas vagas abertas com as aposentadorias de Franciulli Netto e Sálvio de Figueiredo.

As indicações foram ratificadas pelo Plenário após a aprovação dos nomes dos desembargadores

pela CCJ, no dia 10. Membro do TJ de Alagoas desde 2002, Humberto Eustáquio é professor da Universidade Federal de Alagoas e da Escola Superior de Advocacia da OAB. Em seu pronunciamento na CCJ, ele disse defender uma Justiça rápida e qualificada para todos, bem como a existência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Doutor, mestre, especialista e graduado em Direito, Massami Uyeda está no TJSP desde 2005 e uma das suas maiores preocupações é com a lentidão da Justiça. “Quando um processo leva 15 anos para chegar a um resultado é a negação da Justiça”, afirmou.

Magistrados defendem uma Justiça “rápida e qualificada para todos”

Dois diretores do Banco Central têm as indicações ratificadas

Mário Magalhães Carvalho Mesquita será o novo diretor de Estudos Especiais e Paulo Vieira da Cunha poderá ocupar a Diretoria Internacional do Banco Central. As indicações, feitas pelo presidente da República ao Senado, foram aprovadas pelo Plenário, respectivamente, por 45 votos a favor e 9 contrários e por 47 votos a 8.

Os economistas já haviam sido

sabatinaados e obtido a aprovação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no dia 16.

Com doutorado em Economia pela Universidade de Oxford, Mesquita ocupava, até abril, o cargo de economista-chefe para a América Latina do Banco ABN AMRO. Vieira da Cunha era chefe de Pesquisa e economista-chefe, também para a América Latina, do HSBC Securities, Inc.

Congresso recebe o presidente da França

O Congresso Nacional recebeu na quinta-feira a visita do presidente da França, Jacques Chirac, recepcionado pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, e depois homenageado em sessão solene. Também participaram da comitiva de boas-vindas ao dirigente francês o presidente do Grupo Parlamentar Brasil-França, deputado Paulo Delgado (PT-MG), e os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ney Suassuna (PMDB-PB).

Em sua caminhada até o Plenário do Senado para a sessão em sua homenagem, Chirac quebrou o protocolo, parando diversas vezes para trocar cumprimentos com autoridades e impressões com Renan Calheiros.

A sessão foi aberta com a execução dos hinos nacionais da França e do Brasil, tocados pela

Banda de Música do Exército. A mesa foi composta pelos presidentes Jacques Chirac, Renan Calheiros e Aldo Rebelo, e pelos respectivos presidentes do Grupo Parlamentar Brasil-França, deputado Paulo Delgado e Jean Claude Lenoir.

Participaram da sessão solene o ministro da Defesa, Waldir Pires, e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Adilson Motta, além de embaixadores, deputados e senadores. O carnavalesco Joãozinho Trinta representou a cultura brasileira na solenidade.

Nos discursos, referências recíprocas às relações de amizade entre Brasil e França e à declarada intenção da construção de uma sociedade internacional baseada na justiça social, na qual os dois países se colocam como parceiros.



Renan e Aldo acompanham Chirac (C) até o Plenário do Senado

Renan elogia visão comum de mundo mais justo

O senador Renan Calheiros destacou o fato de os dois países liderarem esforços internacionais em favor da implementação de mecanismos financeiros inovadores, tema de uma conferência internacional em fevereiro, em Paris, “que representou novo marco na mobilização política que os governos do Brasil e da França iniciaram há dois anos em favor de visão mais solidária da globalização, capaz de conciliar desenvolvimento e justiça social”.

Renan manifestou a esperança de que o Ano da França no Brasil, em 2009, aproxime ainda mais os dois povos.

Aldo Rebelo destaca herança democrática

O deputado Aldo Rebelo creditou à França o pioneirismo na fundação da “mais profunda e duradoura tradição democrática da história humana” e heranças políticas como a divisão de poderes republicanos e as idéias libertárias de seus pensadores, fonte de inspiração para a luta de vários povos pela liberdade.

– Que o Brasil e a França possam oferecer a contribuição para a paz e para o progresso como referência para o mundo e que a *Marselhesa* [hino francês] continue a emocionar e a traduzir os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade – declarou.

Chirac quer parceria do Brasil contra a “globalização desenfreada”

O presidente Jacques Chirac afirmou que a França e o Brasil devem unir suas vocações em prol de “um mundo multipolar harmonioso” e contra a “globalização desenfreada”. Para Chirac, o Brasil “deverá ser membro ativo” de um organismo político sugerido pela França para regular o processo de integração global.

O chefe de Estado francês lembrou que, já em 1964, o general Charles de Gaulle traçou o caminho que vieram a trilhar os dois países para responderem

ao que chamou de “chamado da história”.

– Sejamos os arquitetos de uma nova sociedade política internacional, os pioneiros de uma nova economia mundial, os militantes da justiça social planetária, bem como artífices de um diálogo de civilizações que recuse o choque das ignorâncias – pregou Chirac, que defendeu uma abordagem alternativa da globalização, por meio de esforços solidários para diminuir a pobreza e a miséria.

ECONOMIA

Ideli: governo investe mais em saneamento

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), celebrou a assinatura pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva de compromissos de repasses da ordem de R\$ 1,330 bilhão para obras de saneamento em 11 estados brasileiros e no Distrito Federal.

As obras, executadas por meio de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica e bancos privados, farão parte do programa Saneamento para Todos, e serão realizadas no Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal.

Ideli revelou que os investimentos vão beneficiar cerca de

670 mil famílias e as obras devem começar até 30 de junho.

– O objetivo é promover a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população com ações de saneamento integradas com outras políticas públicas – disse Ideli.

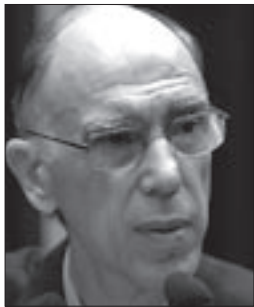
A senadora informou que o governo Lula já destinou R\$ 7,7 bilhões para investimentos no setor (R\$ 2 bilhões apenas no ano passado). Ideli citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicando “progressos” nos serviços de saneamento no Brasil.

– Tivemos, entre 2002 e 2003, avanço significativo na inclusão de famílias tanto na coleta de esgotos quanto no abastecimento de água – comemorou.

Maciel propõe sistema tributário equilibrado

O senador Marco Maciel (PFL-PE) afirmou que, diante da crise que vive o país, cabe ao Congresso Nacional propor mudanças institucionais no sentido de introduzir um sistema fiscal e tributário mais equilibrado, compatível com as peculiaridades dos estados e municípios, proporcional às suas necessidades e possibilidades.

Para o senador, toda e qualquer operação nesse sentido passa pela reforma do Estado. A complexidade da questão estaria no fato de que, sob o seu ponto de vista, jamais houve no Brasil um pacto federativo de fato. Aqui, explicou Maciel, a Federação nasceu por decreto em 1889 e se consolidou na Constituição de 1891, sem que houvesse sequer um debate sério



Marco Maciel

sobre o assunto.

– A Federação foi concebida e tem sido sustentada por uma discriminação de renda entre entes federativos, e disso resultou um sistema tributário simétrico num país assimétrico – observou ele.

Esse desequilíbrio, prosseguiu Maciel, faz com que a Federação brasileira reproduza um modelo “concentrador e concentrado” de poder – uma deformação constitucional, segundo ele.

Ao informar que tudo o que tiver sido produzido no Brasil desde o dia 1º de janeiro até a quinta-feira passada terá sido usado para pagar impostos, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) cobrou medidas que diminuam a carga tributária do país.

Papaléo critica empréstimo à Volkswagen

Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou o BNDES por ter emprestado R\$ 497 milhões à montadora alemã Volkswagen – que poucos dias depois anunciou um plano de reestruturação que inclui a demissão de perto de 5.400 funcionários em dois anos, corte de benefícios trabalhistas e o fechamento de uma de suas unidades no Brasil.

– O BNDES enterrou quase R\$ 500 milhões em uma multinacional que, ao que tudo indica, não está comprometida com a expansão de seus negócios no país – afirmou o senador. Papaléo disse que os recursos destinados à Volkswagen gerariam melhores resultados se fossem aplicados em estados como o Amapá, que precisa de financiamentos que impulsionem suas atividades produtivas.

Sibá celebra crescimento do emprego em 2006

Sibá Machado (PT-AC) destacou em Plenário o resultado registrado na geração de empregos com carteira assinada nos primeiros quatro meses de 2006. Segundo o senador, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que foram criados no período 569.506 postos de trabalho, melhor resultado desde 1992. Sibá também ressaltou o aumento do rendimento médio familiar, de 4,7% no período de um ano, e a queda na dívida interna de 51,8% para 51% do produto interno bruto (PIB) em um mês. Em aparte, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que a expansão do emprego poderia ter sido bem maior se o Brasil tivesse crescido na mesma proporção que outros países. Já Heráclito Fortes (PFL-PI) observou que, no Acre, o governo Lula não foi eficiente na geração de empregos.

Crise mostra que país está frágil, diz Agripino

A fuga de capitais da Bolsa de Valores de São Paulo e a subida brusca do dólar na última semana levaram o líder do PFL, senador José Agripino (RN), a criticar duramente o governo por não ter, em sua opinião, preparado o país para enfrentar a possibilidade de uma crise financeira global, como a que pode ser desencadeada pela alta dos juros nos Estados Unidos. Ele vê a fuga de R\$ 2 bilhões de investimentos estrangeiros da Bovespa em dez dias como um sinal de fragilidade do Brasil.

O líder do PFL recomendou a “troca do governo” nas próximas eleições, mas pregou a conveniência de um “entendimento nacional” para livrar o país de um “tsunami” econômico.

Agripino observou que o dólar subiu em decorrência da compra da moeda estrangeira pelos investidores que deixaram o mercado de ações. E estes saíram do Brasil em busca de praças mais seguras, o que poderá voltar a acontecer, dependendo do desenrolar da crise. No seu entender a consequência imediata será a interrupção da queda dos juros no Brasil, e até sua eventual elevação.

– Estávamos nos beneficiando de um artificialismo econômico – afirmou, acusando o governo de falhar na implementação das reformas política, trabalhista e sindical, que, para



GERALDO MAGELA

Para Agripino, governo falhou na missão de fortalecer a economia brasileira

ele, teriam introduzido dinamismo e livrado o país da dependência da renda proveniente de *commodities* como a soja.

Suplicy se preocupa com a definição dos juros

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que começa a haver preocupação no mercado com o que fará o Comitê de Política Monetária (Copom) a respeito das taxas de juros, devido às decisões do Federal Reserve (FED) – Banco Central norte-americano – de aumentar os juros nos Estados Unidos. Ele observou que o ideal seria continuar baixando a taxa de juros, processo que vem sendo feito desde o início do ano.

A economia brasileira, disse, está menos vulnerável às crises internacionais do que em 2002,

“mas o país precisa se preparar para eventuais problemas para não ser afetado”. Para mostrar o quadro do país, Suplicy disse que o Brasil tem hoje um superávit comercial acima de US\$ 40 bilhões e que o balanço de pagamentos de contas correntes também será superavitário este ano pela quarta vez consecutiva. E as reservas internacionais, acrescentou, se recuperaram e hoje estão acima de US\$ 64 bilhões. Lembrou que as reservas de outros países em desenvolvimento são maiores do que as do Brasil. Entre esses países,

citou a China (US\$ 875 bilhões) e a Rússia (US\$ 226 bilhões).

– Para o tamanho de nossa economia, sessenta e quatro bilhões de dólares de reservas internacionais é uma soma expressiva, mas poderia ser maior para não estarmos tão preocupados com uma fase de instabilidade internacional como a que se avizinha – afirmou.

O governo não deve, segundo Suplicy, adotar medidas de liberalização cambial crescente que estão sendo examinadas por técnicos do Executivo.

Sociedade injusta na raiz da violência

Ao analisar os recentes episódios de violência em São Paulo, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que a situação se agravou com a ampliação da disparidade de renda entre os brasileiros, que seria reflexo do modelo neoliberal na economia, gerador de “um exército de brasileiros excluídos e revoltados”.

Saturnino sustentou que esse “exército do crime” que ameaça os grandes centros urbanos não existia há 20 anos. A desagregação da família, o enfraquecimento dos valores morais, as deficiências na educação também teriam influenciado sua organização. Para desmantelá-lo, ele vê como imprescindível o envolvimento da elite brasileira.

– A nossa sociedade é a mais injusta do mundo e isso afeta os pobres – alertou.

Conforme o senador Leonel Pavan (PSDB-SC), o enfrentamento ao clima de guerra permanente

no país passa pela geração de empregos, pela melhor qualificação dos trabalhadores, pelo pagamento de salários dignos aos policiais e pelo fim da impunidade.

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) também atribuiu à desigualdade social e à crise de valores da sociedade as causas da violência.

– O que nos deixa perplexos é a constatação de que a criminalidade arregimentada mais e mais jovens que, sem perspectivas de vida, deixam-se seduzir pelas grandes organizações, que lhes propiciam o dinheiro e os prazeres negados por uma estrutura social excludente – disse.

Para Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), o aumento da violência não está ligado apenas à desigualdade social, mas resulta também da fraqueza do Estado na defesa dos cidadãos, da falta de organização da polícia e da

prevalência da impunidade. Valadares afirmou que é preciso conciliar o “braço forte” do Estado contra o crime e o respeito ao cidadão. E propõe a ampliação de presídios públicos federais de alta segurança. Já Ramez Tebet (PMDB-MS) cobrou do governo a liberação de R\$ 2,5 milhões para a reconstrução dos presídios do Mato Grosso do Sul.



ROOSEVELT PINHEIRO

Iris vê desigualdade social e crise de valores entre as causas da violência

Comerciantes elogiam projetos pela segurança

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) leu comunicado da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia dirigido a ele e ao Senado parabenizando a Casa pela votação de projetos voltados para a segurança. O pacote de emergência foi votado na semana passada na

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) após os ataques promovidos pela organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo.

O presidente da Associação, Luiz Alexandre Garcia, destacou a aprovação da proposta que permite

ao Estado usar os bens do preso para pagar danos aos presídios em rebeliões, assim como a que torna indisponíveis os bens dos criminosos e a que prevê a possibilidade de interrogatórios e audiências judiciais serem realizados por meio de videoconferência.

ECONOMIA

O perigo do “envenenamento político”

Jefferson Péres



Em julho do ano passado, quando o governo Lula enfrentava queda de popularidade com o início da CPI dos Correios, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) propôs que os grandes partidos políticos fizessem um acordo para garantir estabilidade econômica, independentemente do desfecho da crise. Sugeriu o exemplo adotado pelo Chile na década de 80 - país que vem crescendo vigorosamente há dez anos ao mesmo tempo em que reduz significativamente a pobreza. Na última quarta-feira, Jefferson Péres subiu à tribuna e, para um Plenário silencioso e atento, advertiu que o clima “de envenenamento político” nestes meses que

Por que o senhor está propondo um acordo político para o Brasil nos moldes do Concertación do Chile?

Porque o próximo quadriênio pode ser um período de grande dificuldades para o país, uma vez que, em consequência da crise, o clima político ficou muito envenenado. A campanha eleitoral deve ser dilacerante. Isso tudo vai deixar seqüelas e o próximo presidente pode ter muitas dificuldades para governar. Se o presidente Lula for reeleito, terá um Congresso aguerrido contra ele, uma base de sustentação frágil. Seu partido, o PT, deve encolher, após ter sido o maior partido da Câmara. Assim, Lula ficaria dependendo de partidos de deputados fisiológicos e, mais que nunca, precisaria continuar fazendo concessões. Talvez não consiga aprovar reformas necessárias, como a tributária, a previdenciária e talvez a trabalhista.

Num quadro desses, poderia haver turbulências econômicas?

Poderia. O futuro é incerto. Se a economia mundial desacelerar e, pior ainda, se entrar em uma fase de turbulência, haverá consequências para o Brasil, embora nossos fundamentos econômicos sejam hoje razoáveis. Inevitavelmente nossa economia seria abalada. Se conjugarmos governo fraco no Congresso, atacado pela oposição, com economia em crise, o presidente Lula terá um quadriênio muito pior do que este primeiro mandato. Isso será péssimo para o país.

E se a oposição for vitoriosa?

Se o ex-governador Geraldo Alckmin for eleito presidente, talvez seja pior ainda. Ele vai enfrentar oposição ferrenha dos movimentos organizados, controlados por um ressentido PT, pelo PCdoB e por outros partidos de esquerda. Aí pode ser desordem nas ruas e no campo. Um governo Alckmin, mesmo com maioria no Congresso, poderá ter problemas de governabilidade se também enfrentar uma crise externa. O que pretendo, com minha proposta, é que se faça um pacto em torno de alguns pontos, que acho indispensáveis e que me parecem consensuais.

Que pontos o senhor considera hoje consensuais?

Estabilidade da economia. Manutenção dos fundamentos econômicos em termos de equilíbrio fiscal, controle da inflação, câmbio flutuante. Acho que pode haver um entendimento em torno disso e também em torno de algumas reformas, como a

tributária. Pode haver entendimento quanto a algumas políticas públicas que são essenciais, como a de educação. Poderiam ser fixados alguns objetivos na área, como universalização do ensino básico - do pré-escolar ao médio. Pode haver entendimento sobre uma política nacional de segurança pública, para que União, estados e municípios se articulem. Isso é urgentíssimo. Também uma política nacional de reurbanização, conjugando União, estados e municípios para levar o poder público às favelas. Levar urbanização, escola, hospital, centros culturais, quadras esportivas.

O senhor considera que hoje já existe mesmo consenso no meio político sobre equilíbrio fiscal e sobre controle da inflação?

Pode não haver unanimidade, mas a grande maioria da classe política reconhece a importância do equilíbrio fiscal e do controle inflacionário. Há uns cinco anos, muita gente pensava que equilíbrio fiscal era coisa de direita, que podia haver mais inflação para se conseguir mais crescimento econômico. Hoje, pouquíssimas pessoas pensam assim. Quase todos sabem que equilíbrio fiscal e controle de inflação não são de esquerda nem de direita. São coisas absolutamente necessárias, principalmente no mundo globalizado, e quem mais ganha com isso são os assalariados e os pobres. A esquerda já entendeu que o mais sacrificado pela inflação é o assalariado de baixa renda.

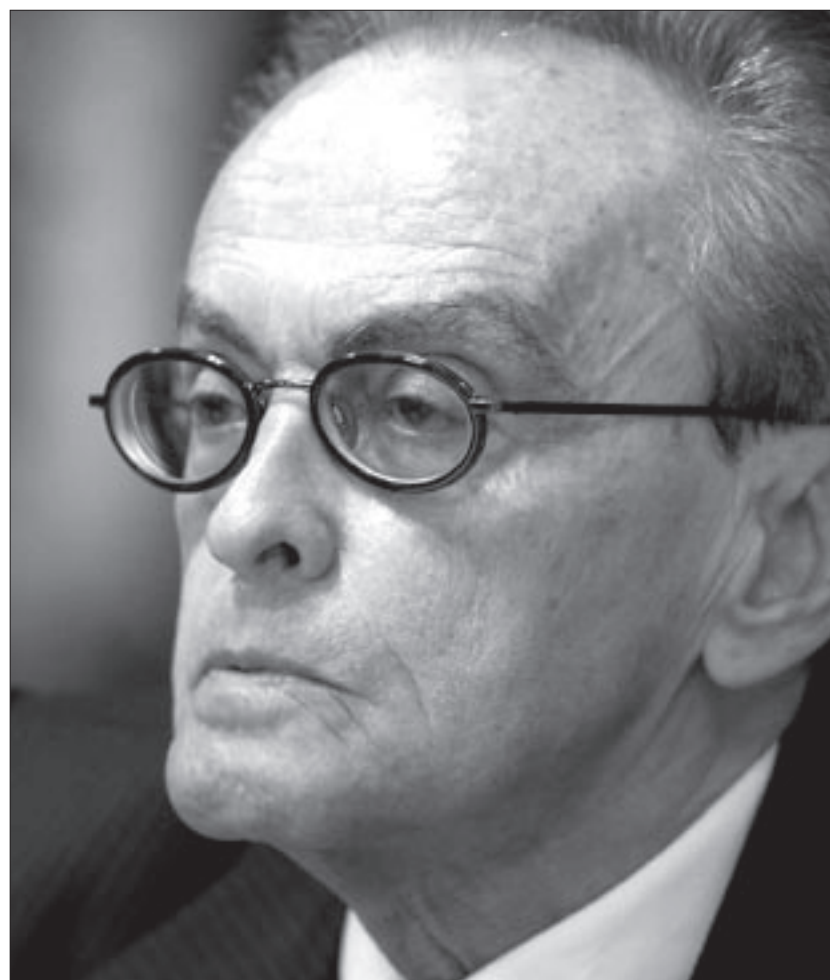
A reforma tributária não avançou nos últimos quatro anos. Os governadores têm idéias diferentes do pensamento reinante no governo federal. Por que ela avançaria agora?

Seria uma reforma tributária só federal. Deixemos de lado os estados e o seu ICMS. É muito complicado. Os conflitos entre os estados são tão grandes que é quase impossível que se chegue a um acordo. Uma reforma que simplificasse os tributos federais já seria um passo importantíssimo para o setor produtivo e para os consumidores.

Haveria necessidade da participação de outros atores da sociedade em um pacto desses?

O acordo é basicamente político. Não precisaria, por exemplo, do empresariado. Aliás, os empresários estão de acordo com tudo isso, pois ele garantiria a retomada do crescimento. Só a percepção, aqui

antecedem as eleições pode levar o Brasil a uma situação crítica nos próximos quatro anos. Se Lula for reeleito, não contará com maioria no Congresso e terá nos calcanhares opositoristas ferrenhos. Se for Geraldo Alckmin o eleito, ele terá maioria, mas se defrontará com os movimentos organizados, controlados por um ressentido PT, o PCdoB e outros partidos. Por isso, a saída seria um pacto à chilena. O acordo abrangeria o que ele chama de “consensos” existentes hoje no Congresso, como equilíbrio fiscal, controle da inflação, câmbio flutuante, prioridade real para a educação e para a segurança pública e um grande programa “de reurbanização das nossas favelas”. Nesta entrevista, Jefferson Péres explica sua proposta.



Antes de desencadeado oficialmente o processo eleitoral, deve haver um acordo político pela governabilidade do país, propõe Jefferson Péres

e no exterior, de que há um pacto de governabilidade, que o país vai manter a estabilidade a qualquer preço, já ajudaria em muito. Já atrairia capitais, tranquilizaria as bolsas, animaria os investidores internos, já pacificaria as ruas.

Esse acordo teria de ser fechado até quando?

Esse acordo teria de ser feito antes de desencadeado oficialmente o processo eleitoral. O prazo seria até o começo de julho.

Ele não poderia incluir uma reforma política?

Poderia entrar uma reforma política e, nela, seria importante colocar o voto distrital misto, com lista fechada. Já temos a cláusula de barreira neste ano e a lei que simplifica e barateia as campanhas eleitorais, ratificada agora pelo TSE. A cláusula de barreira já vai diminuir em muito o número de partidos políticos. Assim, estaria o campo adubado para que o próximo presidente, se houver acordo, trabalhe para a implantação do parlamentarismo a partir de 2011.

O pacto teria de prever o parlamentarismo? Como convencer a população, que optou em um plebiscito,

em 1993, pelo presidencialismo?

Quando proponho o parlamentarismo após o próximo mandato de presidente da República, estou prevendo quatro anos para que o eleitorado se prepare psicologicamente para a mudança. O eleitorado precisa entender que parlamentarismo não é ditadura de Parlamento. É o contrário. Hoje é que temos uma ditadura do Parlamento, porque os deputados são intocáveis. O presidente da República não pode fazer nada contra um deputado que faz chantagem. No parlamentarismo, a Câmara pode ser dissolvida e os deputados pensam dez vezes antes de chantagear o primeiro-ministro, porque isso pode levar à perda coletiva de seus mandatos. Quando a população entender isso, estaria preparado o caminho para a implantação do parlamentarismo. Hoje, nem pensar. A população não aceitaria. Seria golpismo.

Como o governo e as oposições têm recebido a proposta?

Recebi nesta semana a visita do ministro Tarso Genro. Claro que o governo não vai propor isso, pois poderia dificultar. Senti que o governo está disposto a conversar. Vou nestes dias conversar com líderes da oposição. Estou moderadamente otimista.

CÉLIO AZEVEDO

Voz do Leitor

OBRIGAÇÕES

“O Brasil ainda não se libertou da ditadura. Digo isso me referindo ao fato de que somos obrigados a votar e a participar do alistamento militar.”

Luciano Araújo de Oliveira,
de Dias d'Ávila (BA)

TV DIGITAL

“A TV digital será a melhor inovação dos últimos tempos neste país. Por isso, será necessária extensa divulgação de suas características e principalmente a data de implantação em cada estado do Brasil.”

Paulo César Correia Alves,
de São Paulo (SP)

180 ANOS

“Cumprimento toda a equipe do **Jornal do Senado** pelas reportagens publicadas sobre os 180 anos do Senado Federal. A nação que não lembra sua história está fadada a cair no esquecimento e a perder sua identidade.”

André da Cunha Ferreira,
de Riachão (PB)

VERBAS

“Senador Ney Suassuna, as crianças do Seridó (PB) estão sem receber nenhum tipo de lanche no colégio desde o ano passado. Algo está acontecendo com a verba para a merenda, e peço a sua intervenção para que essa situação mude.”

Glória Rodrigues Borges,
de Seridó (PB)

PRESOS

“Já que os senadores estão analisando modificações no Código Processual Penal,

sugiro que seja proposta a inclusão de artigo que vise colocar os presos condenados para trabalhar nas obras de recuperação das estradas.”

José Ribamar Araújo Carneiro,
de Parnaíba (PI)

VOTO ABERTO

“Gostaria que todo o Congresso Nacional seguisse o exemplo da bancada do Partido Verde na Câmara dos Deputados, que decidiu pelo voto aberto no Plenário, atitude democrática que nos possibilita saber em que nossos representantes estão votando.”

Marivaldo Serra Filho,
de São Francisco do Conde (BA)

SANGUESSUGAS

“A Operação Sanguessuga deixa clara a impunidade existente no Brasil. Vergonha não se tem mais neste país. Agora, o que nos resta, a não ser a indignação, é uma resposta à altura nas urnas.”

Murilo Augusto de Medeiros,
de Mamanguape (PB)

JORNAL EM AULAS

“Fiz a assinatura do **Jornal do Senado** e estou muito satisfeito com o conteúdo de alta relevância que é publicado pelo jornal. Estou aproveitando as edições em minhas aulas (de Língua Portuguesa) no ensino médio da rede pública estadual, principalmente no que se refere à análise da conjuntura e dos temas que estão em pauta no Congresso Nacional. Parabéns para toda a equipe.”

Bosco Gurgel,
de Açailândia (MA)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

POLÍCIA PENITENCIÁRIA

Márcio Drosghic, de Goiânia (GO)

“Senador Demostenes, gostaria de saber a sua opinião sobre a PEC que cria a Polícia Penitenciária Estadual e Federal e que melhoria ela trará para a segurança pública brasileira.”

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) responde:



Márcio, na verdade essa proposta não prevê exatamente a criação de uma polícia, mas de um serviço de inteligência que vai se reportar diretamente ao Ministério Público. Ela foi incluída no “pacotão de segurança pública” aprovado em 17 de maio na Comissão de Constituição e Justiça. A PEC, de minha autoria, também inclui a ampliação do isolamento do preso de alta periculosidade por 720 dias, prorrogáveis pelo juiz; estipula visitas de apenas dois familiares, separados por vidro; permite duas horas diárias de banhos de sol e proíbe comunicação com outros presos. No isolamento, fica proibida a entrada de alimentos, som e outros utensílios. Os contatos com advogados serão mensais. No caso do crime organizado, é importante que se tenha um sistema de inteligência. Hoje, o preso é entregue na porta de uma delegacia e depois ninguém sabe mais o que acontece no presídio: como a droga chega aos presos; de quem e como eles recebem armas ou como conseguem um celular. O serviço de inteligência vai ainda acompanhar o comportamento dos agentes carcerários: se algum deles passou a andar mais bem vestido, se comprou casa ou carro diferenciado. Esse acompanhamento é essencial para combater a corrupção nos presídios – a principal causa de rebeliões como as de São Paulo. Não tenho dúvida de que o serviço de inteligência é essencial para que possamos regularizar a vida dentro das carceragens.

COMPRA DE VOTOS

José Elton Moraes de Oliveira, de Várzea Nova (BA)

“Senador César Borges, o que o Senado pode fazer para acabar, ou pelo menos diminuir, com as compras de votos feitas por candidatos que disputam as prefeituras dos municípios?”

O senador César Borges (PFL-BA) responde:



A compra de votos é inadmissível. O que o Senado tem feito é aprimorar a legislação, tornando-a mais dura, capaz de fazer com que a Justiça Eleitoral possa coibir essa prática deplorável. Hoje já contamos com uma boa legislação e, com base nela, o Tribunal Regional Eleitoral, no caso da Bahia, tem procurado atuar principalmente afastando muitos administradores que foram eleitos, pois a Justiça Eleitoral julgou que houve captação indevida de votos. O que o Senado pode fazer, meu caro José Elton, é tentar, sempre junto com os TRES, fiscalizar o cumprimento da legislação eleitoral e fazer com que aqueles que a desobedecerem sejam punidos. É fundamental que se acabe com a impunidade. Quem continuar lançando mão de práticas como a compra de votos deve ser punido, até mesmo com a perda do mandato.

Frases

“Chegou a hora de dar um basta nessas brincadeiras, às vezes engraçadas, às vezes de mau gosto. Se não houver esse basta, temos que definir como será essa aliança”

Tasso Jereissati, presidente do PSDB, cobrando do PFL o fim das críticas à campanha do ex-governador paulista Geraldo Alckmin à Presidência da República.

“Se todo mundo falasse menos não haveria problema. Mas é preciso organizar a campanha”

Jorge Bornhausen, presidente do PFL, em resposta ao protesto de Tasso Jereissati.

“Isso não é um adversário difícil de ser batido”

Arthur Virgílio, líder do PSDB, comentando as pesquisas que dão 40% das intenções de voto ao presidente Lula.

“Se o sistema explodir, simplesmente não haverá aulas”

Robson Robin da Silva, diretor da Secretaria Nacional de Segurança, em crítica à tese de que, no combate à criminalidade, seria mais eficiente criar novas escolas do que construir novos presídios.

“Ele foi muito lacônico hoje. Está na hora de acabar com essa CPI”

Garibaldi Alves, relator da CPI dos Bingos, comentando que o depoimento do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, na terça-feira da semana passada, nada acrescentou aos trabalhos da comissão.

“É quase um crime deixar o PMDB de fora das eleições”

Pedro Simon, ao decidir manter sua pré-candidatura pela legenda à Presidência da República.

“Queremos que o presidente saia do palanque para governar o país”

César Borges, que acusou o presidente Lula de querer “fazer campanha à custa do erário” até o último momento.

“Está na hora de os políticos republicanos, sem deixarem seus partidos, procurarem um rumo para este país”

Jefferson Péres, em apelo para que a classe política faça um pacto nacional baseado numa visão de longo prazo, para a erradicação da miséria até 2020.

Foto da Semana

A informalidade e a quebra de protocolo marcaram a passagem do presidente da França, Jacques Chirac, pelo Brasil, na última quinta-feira. Durante sua visita ao Senado, por exemplo, acompanhado pelo presidente Renan Calheiros e pelo deputado Paulo Delgado (em primeiro plano) ele conversou por alguns minutos com o carnavalesco Joãozinho Trinta, que assistia em Plenário à sessão solene em homenagem ao dirigente francês



GERALDO MAGELA

Rádio destaca novas regras eleitorais

O novo formato das campanhas eleitorais a partir deste ano será tema de debate nesta segunda-feira no *Conexão Senado*, que a Rádio Senado leva ao ar às 12h. A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de adotar imediatamente a maioria dos artigos aprovados pelo Congresso na chamada minirreforma eleitoral altera o perfil das campanhas. Proibição de showmícios, de distribuição de brindes e de doação de dinheiro por instituição que receba recursos públicos são algumas das novas regras.

Os partidos estavam aguardando as definições do TSE para

as campanhas, que têm início oficial em 5 de julho.

Já o programa *Prosa e Verso*, no sábado, às 9h, com reprise no domingo, às 16h, explora a literatura de Lygia Fagundes Telles a partir da obra *Pomba Enamorada ou Uma História de Amor*.

Na TV, O Século de Stanislavski, parte dois

A TV Senado exhibe neste fim de semana a segunda parte do especial *O Século de Stanislavski*, sobre a vida e a obra do diretor, ator e crítico teatral russo. Nascido em Moscou e lembrado sobretudo pelo método de interpretação que leva seu nome,



Mudanças devem evitar poluição visual e sonora que aumentou a cada disputa eleitoral. Showmícios e brindes estão proibidos

Stanislavski foi atraído desde cedo pelas artes interpretativas e frequentou circo, ópera e balé.

Ator desde os 14 anos, foi um dos fundadores do Teatro de Arte de Moscou, criador de um sistema de atuação realista, ainda hoje básico na arte da representação, e diretor do Estúdio de Ópera do Bolshoi. Após sofrer um ataque cardíaco, passou a dirigir e formar atores e diretores. Escreveu uma autobiografia e três obras fundamentais sobre seu método: *A Preparação do*

Ator, *A Criação de Um Papel e A Construção do Personagem*.

Stanislavski também influenciou a ópera moderna e impulsionou os trabalhos de escritores como Máximo Gorki e Anton Tchecov. Morreu em Moscou, em 1938.

O programa vai ao ar nesta sexta às 22h30, no sábado, às 16h e 21h30, e no domingo, às 15h30 e 22h. Mais informações sobre a programação da Rádio e a TV Senado podem ser obtidas em www.senado.gov.br/radio ou www.senado.gov.br/tv.

JOAB BARBALHO/FOLHA DO ESTADO/MT

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM
 Freqüência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS
 Freqüência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET
 No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA
 Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na freqüência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil

- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais

- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/ Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/ Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias

SENADO

Interlegis realiza 5º Seminário Nacional

O Programa Interlegis dá continuidade nesta quinta e sexta-feira ao projeto de modernização do Legislativo com o 5º Seminário Nacional, em Vitória (ES). O objetivo do encontro é promover a inclusão digital de 3,5 mil câmaras municipais com a instalação de computadores e impressoras e treinamento dos servidores.

O evento contará com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros, e será aberto pelo diretor do Interlegis, Efraim Morais (PFL-PB), 1º secretário do Senado.

Especialistas do Senado, da Câmara dos Deputados e das assembleias legislativas debaterão temas como "Censo do Legislativo brasileiro", "Marketing político, parlamento e partidos políticos", "O Legislativo brasileiro – conceito, ética e educação" e "Tecnologia para o Legislativo".

Mais informações podem ser obtidas no Portal Interlegis (www.interlegis.gov.br).

Portal Modelo para casas legislativas já está disponível

O Interlegis colocou à disposição das casas legislativas de todo o país o Portal Modelo, ferramenta gratuita destinada a facilitar a publicação de diversos tipos de conteúdo na internet, aumentando a transparência das atividades do Legislativo e a interação com a sociedade.

O sistema de gerenciamento de conteúdo do portal permite que qualquer pessoa, mesmo sem conhecimento das linguagens e técnicas da internet, possa publicar notícias, documentos, imagens e eventos da Casa.

O desenvolvimento do Portal Modelo ocorreu por meio da utilização de ferramentas licenciadas com *software* livre, possibilitando que a Casa legislativa tenha acesso à solução sem custos de licença.

A Câmara Municipal de Catanduva (SP) foi a primeira a usar o sistema (www.camara-catanduva.sp.gov.br). Mais informações sobre o projeto podem ser obtidas pelo endereço eletrônico www.interlegis.gov.br/produtos_servicos/portal-modelo.

Bienal da Paraíba traz livros sobre ética e Lei de Falências

A moralidade, a legalidade e a ética na gestão da coisa pública e o sistema de controle criado pelo Estado para combater a corrupção e as ilicitudes são os temas principais de *Ética, Direito e Administração Pública*, novo livro do sociólogo Pedro Braga que o Senado Federal incluiu no seu catálogo de publicações e colocou à venda por R\$ 5 na 1ª Bienal Nacional do Livro da Paraíba. Essa é mais uma obra da Subsecretaria de Edições Técnicas, que também colocou à venda pela primeira vez o título *Lei de Falências e Legislação Correlata* (R\$ 5).

No livro de Pedro Braga, o autor, que é funcionário do Senado, faz um histórico das origens básicas do Direito Administrativo e compara as constituições brasileiras no que diz respeito à legalidade e à moralidade. A outra publicação reúne, além do texto integral da nova Lei de Falências (Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005) e de um índice temático, o texto legal que trata da intervenção e da liquidação extrajudicial de instituições financeiras (Lei 6.024, de 13 de março de 1974) e a Mensagem Presidencial 59, de 9 de janeiro de 2005, na qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva explica os vetos que fez à nova Lei de Falências.

Na Paraíba, o Senado passou a vender a Coleção Cidadão Leitor, que reúne, em publicações de bol-



Josias apresentou a atração na feira de livros e em escolas e alas infantis de hospitais públicos

so e tablóide, parte da legislação brasileira. Os primeiros títulos são o Estatuto do Idoso, edição de bolso, com apresentação do senador Efraim Morais (PFL-PB), e o Código de Defesa do Consumidor, em formatos tablóide e bolso, apresentado pelo diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), Júlio Werner Pedrosa. Cada um dos títulos custa R\$ 2.

Espectáculo de mamulengo

Elaine, Marlon, João e Breno divertiram-se como há muito não faziam, na última terça-feira,

assistindo à peça *O Casamento de Chiquinha Muito Prazer, Filha do Coronel João Redondo, com Tião Sem Sorte*, encenado pelo servidor do Senado Wanzeller da Silva. As quatro crianças viram a encenação na sala de refeitório e recreação infantil do Hospital Napoleão Laureano, que é especializado em câncer.

O espetáculo de mamulengo é uma das atrações que o Senado levou para a 1ª Bienal Internacional do Livro da Paraíba, evento que ocorreu no Espaço Cultural José Lins do Rêgo, em João Pessoa, e que foi encerrado

no último domingo. O teatro de bonecos foi exibido no ambiente da feira de livros e ainda em escolas e alas infantis de hospitais públicos.

Josias também se apresentou no ambulatório do Complexo de Pediatria Arlinda Marques. A unidade hospitalar recebe cerca de 400 crianças diariamente para tratar de problemas como diarreia, viroses variadas e desidratação. Entre médicos, assistentes sociais, enfermeiros, psicólogos e fonoaudiólogos, são 80 profissionais de saúde lotados naquela instituição pertencente ao governo paraibano.

Aconteceu no Senado



A Copa do Mundo foi tema de discurso feito por Francisco Gallotti, em junho de 1950

Pronunciamentos e torcidas dos senadores pelo Brasil nas copas

"Sr. Presidente, inicia-se depois de amanhã, em nossa pátria, o quarto campeonato mundial de futebol. Representantes de países amigos e irmãos aqui vêm disputar o rico troféu (...) venho à tribuna para me congratular com os meus patrícios por essa grande realização e, ao mesmo tempo, para formular votos mui sinceros, no sentido de que o certame transcorra dentro do espírito de plena cordialidade."

Assim começa o mais antigo discurso registrado no Senado sobre Copa do Mundo, proferido em 22 de junho de 1950. O autor, senador Francisco Gallotti (PSD-SC), não demorou a demonstrar a veia de torcedor: "Negaria esses votos a mim mesmo se não declarasse que desejo, também, ver as cores do Brasil vitoriosas".

Dias depois, em 16 de julho, o Brasil viveria o que ficou conhecido como o "Maracanazo", quando a seleção perdeu a final do campeonato para o Uruguai. Era a primeira Copa em 12 anos, período em que a competição ficou suspensa devido à Segunda Guerra Mundial. Era também a época de inauguração do Maracanã, estádio especialmente construído para o evento, considerado então o maior do mundo, de onde 200 mil pessoas saíram arrasadas após a derrota brasileira.

A repercussão das copas do Mundo no Senado foi pesquisada pelo Cedoc Multimídia do Senado (Centro de Documentação em áudio, vídeo e foto). Os principais resultados desse estudo serão veiculados nesta seção durante a realização da Copa de 2006.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula

Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.
Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Sílvia Gomide e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Democracia exige participação

Viver numa sociedade democrática vai além de votar nos seus representantes e esperar que eles atendam as necessidades da comunidade. No Brasil, em áreas como educação, saúde, segurança, meio ambiente e habitação, os cidadãos podem participar na gestão dos recursos e das ações públicas por meio de conselhos e associações que auxiliam e fiscalizam o poder público.

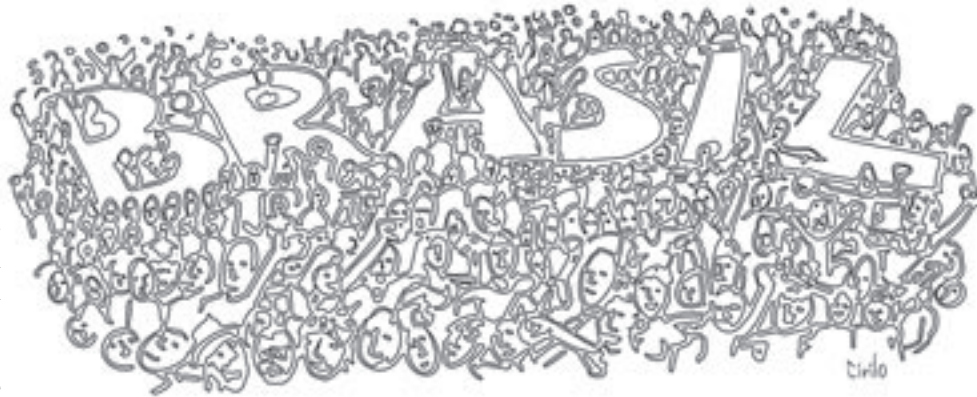
Colaborar no acompanhamento, denunciar irregularidades e exercer a cidadania participando dessas entidades ajudam a diminuir a corrupção e a garantir que os impostos retornem ao contribuinte sob a forma de benefícios. O cidadão pode

participar de várias maneiras, integrando, por exemplo, associações de moradores, entidades profissionais, empresariais e de trabalhadores, e conselhos ligados ao

poder público. E até por meio de uma simples conversa com os representantes da comunidade nos conselhos, para apresentar sugestões, críticas e reclamações.

A participação em uma associação de moradores, por exemplo, é uma das que mais despertam o senso crítico. Em busca de solução para os seus problemas, a comunidade é provocada a ter contato com o poder público. Esse contato leva a um maior conhecimento das dificuldades enfrentadas pelo agente público e das necessidades da cidade como um todo, sem contar o aprendizado técnico e a ampliação da rede de relacionamentos.

Além das entidades aqui apresentadas, existem outras, como os comitês de defesa civil e os conselhos municipais de meio ambiente e de habitação, que abrem caminho para uma participação cada vez maior dos brasileiros.



Associação de moradores cobra melhorias

Os principais objetivos de uma associação de moradores são: cobrar do poder público, em especial da prefeitura, a melhoria do bairro que representa, exigindo o retorno dos impostos pagos pelos cidadãos em forma de serviços de qualidade; levar ao agente público as prioridades da comunidade; e estimular a participação do cidadão, indicando colaboradores com os conselhos e órgãos do poder público que prevêm a participação da sociedade.

Para participar

Procure a associação da sua rua, quadra ou bairro e colabore na área de seu maior interesse. Se seu bairro não tem associação de moradores, converse com os vizinhos, definam objetivos, redijam o estatuto e registrem no cartório de registro de pessoa jurídica. Um modelo de estatuto pode ser obtido na página www.direito.ufrgs.br/forum21rs/modelode.htm.

Pais e mestres integram escola à comunidade

A Associação de Pais e Mestres visa colaborar para a melhoria do processo educacional e para a assistência ao estudante e integrar a escola e a comunidade, além de atuar na gestão da unidade escolar, participando das decisões sobre a organização e o funcionamento administrativo, pedagógico e financeiro da escola. Os decretos 12.983/78 e 48.408/04 definem o estatuto das APM. A diretoria é eleita em assembleia convocada pelo diretor da escola e formada por funcionários, professores, pais dos alunos e alunos maiores de 18 anos. O estatuto deve ser registrado em cartório.

Como participar

Qualquer cidadão pode participar da APM da escola local, seja como sócio ou como integrante do corpo administrativo. Procure a direção da escola e manifeste a sua intenção de participar ou de instituir uma APM, se não houver uma funcionando.

Conselho de Alimentação Escolar

O CAE é composto por pais de alunos, professores e representantes da sociedade civil e dos Poderes Executivo e Legislativo, com mandato de dois anos. Os principais objetivos do CAE são fiscalizar a aplicação dos recursos e zelar pela qualidade da merenda, da compra à elaboração dos alimentos. Cabe ao CAE comunicar ao Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) qualquer irregularidade e, para isso, tem força legal para obter informações, visitar escolas e verificar a preparação e distribuição da merenda. Uma denúncia do CAE pode interromper o repasse de verbas federais.

Para participar

É preciso ser membro de uma APM, conselho escolar ou entidade similar para ser representante dessas entidades no CAE. Consulte a lei que define a formação do CAE de sua cidade e informe-se na prefeitura quando será renovado o conselho.

Conselho tutelar atende crianças e adolescentes

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), o Conselho Tutelar é um órgão autônomo, administrativo e permanente, dedicado a atender meninos e meninas cujos direitos foram ameaçados ou violados. O conselho recebe denúncias, apura e encaminha aos órgãos competentes; fiscaliza as entidades de apoio à criança e ao adolescente; atua na elaboração do orçamento para defesa dos direitos da infância e juventude; e notifica o Ministério Público sobre infração contra esses direitos.

Como participar

O processo de escolha dos conselheiros deve estar previsto em lei municipal. Em geral, são eleitos por voto direto entre os cidadãos indicados por movimentos populares, associações de moradores e outros. Na prefeitura você pode conhecer os requisitos e o calendário das eleições.

Conselho Comunitário de Segurança

Uma das formas de cobrar o direito à segurança é participar do Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) do seu bairro ou município, que visa analisar, propor e acompanhar as ações para solução dos problemas de segurança da comunidade. Cada Conseg deve ter também representantes dos órgãos públicos de segurança, como a Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Civil ou Militar. Com o auxílio do Conseg, a ação da polícia poderá ser mais efetiva, pois não só orientará os cidadãos e as comu-

nidades a ajudarem a si mesmos, como contará com a colaboração deles.

Como participar

Cada estado tem regras próprias para o Conseg. Procure a Secretaria de Segurança do seu estado ou município e informe-se. Caso ainda não exista Conseg no seu bairro ou município, procure a associação de moradores do seu bairro ou a mais próxima e proponha a criação.

Conselho Municipal de Saúde

As leis 8.080 e 8.142, de 1990, dispõem sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio do Conselho Municipal de Saúde, cujas principais atribuições são:

- ▶ definir planos, políticas, ações e serviços de saúde segundo a realidade do município e controlar sua execução;
- ▶ estabelecer estratégias e mecanismos de coordenação e gestão dos SUS;
- ▶ propor critérios de qualidade e eficiência das ações e serviços de saúde;
- ▶ analisar, aprovar e fiscalizar a aplicação do Fundo Municipal de Saúde;
- ▶ definir critérios para a localização e o tipo de prestadores de serviços de saúde

que devem funcionar no município; e
▶ acompanhar, fiscalizar e controlar a atuação dos credenciados pelo SUS.

Como participar

Cabe ao município definir a composição e instalar o conselho, por meio de lei municipal. Em geral, os representantes dos usuários são indicados pelas associações de moradores. Procure a prefeitura da sua cidade e informe-se sobre as regras para participação no conselho e quem são os atuais representantes da sua comunidade.

Informações, propostas e projetos de lei

Informações

▶ **Ministério da Educação**
portal.mec.gov.br - (61) 2104-8484
Esplanada dos Ministérios, Bloco L
Brasília (DF) CEP 70047-900

▶ **Ministério da Saúde**
www.ms.gov.br - (61) 3315-2425
Esplanada dos Ministérios, Bloco G
Brasília (DF) CEP 70058-900

▶ **Ministério da Justiça**
www.mj.gov.br - (61) 3429-3000
Esplanada dos Ministérios, Bloco T
Brasília (DF) CEP 70064-900

▶ **Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam)** - www.conam.org.br
(11) 3272-8590/3271-7240
Rua Apeninos, 45 - Paraíso
São Paulo (SP) CEP 01533-000

▶ **Secretaria de Educação de São Paulo**
cei.edunet.sp.gov.br/paginas/FAQ/apm.htm

Propostas e projetos de lei

PEC 9/02 - Dispõe sobre a criação, execução e fiscalização do orçamento social.

PLSs 171 e 327 de 2005 - Propostos por Pedro Simon (PMDB-RS), tratam da participação da população no processo orçamentário e atribuem a conselhos ligados à educação as competências do Conselho de Alimentação Escolar.

PLS 248/04 - Do senador Paulo Paim (PT-RS), propõe a criação de conselhos para fiscalizar a concessão de incentivos fiscais.

PLC 12/06 - Define a representação da sociedade em todos os conselhos ou órgãos colegiados ligados à educação nacional.

Conselhos de consumidores de energia

Esses conselhos visam garantir aos cidadãos um canal para reivindicar qualidade de atendimento e para fiscalizar as concessionárias de serviços públicos.

Um exemplo são os Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica. Os CCEEs avaliam o fornecimento de energia elétrica. São criados pelas concessionárias e permissionárias, por força da Lei 8.631/93, e compostos por consumidores das classes residencial, comercial, industrial e rural e por representantes do poder público e dos órgãos de defesa do consumidor. Seus membros são

escolhidos por entidades de consumidores, que, a convite da concessionária, indicam representantes.

Como participar

Veja na página conselhodeconsumidores.aneel.gov.br na internet ou consulte a Aneel sobre o conselho mais próximo. Integre-se à associação de moradores do seu bairro ou a um movimento popular ligado à questão e manifeste sua intenção de participar.